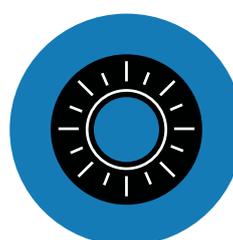


Um resgate da participação da sociedade na comunicação pública brasileira

Análise independente dos conteúdos veiculados pela Empresa Brasil de Comunicação

► **RELATÓRIO 2021**



Ouvidoria
Cidadã
da EBC



RELATÓRIO 2021

A Ouvidoria Cidadã da EBC é um projeto da sociedade civil, atenta ao que acontece na Empresa Brasil de Comunicação, por meio da Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública. Ela materializa a participação social extirpada da empresa, consolidando assim um espaço para o debate acerca da comunicação pública no país.

A iniciativa surgiu com o lançamento do primeiro relatório, em dezembro de 2020, e tem como objetivo analisar conteúdos publicados e veiculados pela EBC, de acordo com os princípios da comunicação pública, que deveriam orientar a produção da TV Brasil, rádios Nacional e MEC, Agência Brasil e Radioagência Nacional, bem como os perfis desses veículos nas redes sociais.

Colocamos o site no ar no começo de 2021 e mantivemos ao longo do ano o trabalho de análises e denúncias. Em 2021 foram publicadas 33 análises de conteúdos, quatro artigos assinados e quatro notas públicas, além de notícias e notas de apoio publicadas por outras entidades.

Destacamos as análises de entrevistas e pronunciamentos do presidente Jair Bolsonaro, colocados no ar sem nenhum contraponto, apesar das inúmeras imprecisões ditas por ele; a cobertura pífia de manifestações contra o governo; a cobertura sobre a pandemia da Covid-19, que serviu de espaço para discursos negacionistas, colocando em risco a saúde da população e propagando notícias falsas; o desrespeito à diversidade religiosa com a exibição da novela *Os dez Mandamentos*, produção já reprisada de uma emissora privada; o retorno do *Sem Censura* reformulado para entrevistar ministros e personalidades pró-governo; e o uso do jornalismo para cobrir pautas e temas que não têm relevância do ponto de vista da comunicação pública.

Mas o ano teve boas produções na EBC também, o que não passou despercebido pela Ouvidoria Cidadã. São exemplos de bons conteúdos o especial sobre o centenário da dramaturga Maria Clara Machado; o destaque do trabalho do Acervo da EBC; a cobertura de dois anos da tragédia de Brumadinho; o Caminhos da Reportagem sobre comunicação pública; e a entrada das rádios Nacional AM na faixa estendida da FM em cidades onde a EBC não tinha emissora própria.

Neste relatório, trazemos uma amostragem do que foi publicado pela Ouvidoria Cidadã da EBC ao longo do ano. Os textos completos e outras análises estão disponíveis na página <https://ouvidoriacidadaebc.org/>.

Apoios e denúncias

Apesar de todos os problemas enfrentados pela comunicação pública na EBC, com a censura e o governismo recorrentes e a inclusão da empresa no Programa Nacional de Desestatização, o ano de 2021 foi muito produtivo para quem resiste ao desmonte, com lutas em diversos campos.

Integrantes da Frente articularam com outras entidades e conseguiram apoio contra a privatização da empresa e pelo respeito à lei de criação da EBC na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, inclusive com a articulação de audiências públicas sobre o tema no Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), além de notas de apoio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), da Public Media Alliance (PMA), da International Association for Media and Communication Research (IAMCR) e da Organización Interamericana de Defensoras y Defensores de las Audiencias (OID).

Levantamentos feitos pela Frente sobre o uso indevido dos veículos da EBC foram levados à CPI da Pandemia e ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A Ouvidoria Cidadã da EBC também denunciou a censura que a Ouvidoria da EBC passou a sofrer da própria direção e do Conselho de Administração da EBC em 2021.

Tiveram bastante repercussão em veículos de comunicação o levantamento sobre as interrupções na grade da TV Brasil para a veiculação ao vivo de eventos com o presidente Bolsonaro e a denúncia do uso de “inteligência artificial” para traduzir textos da Agência Brasil para o espanhol e para o inglês durante a greve dos trabalhadores e trabalhadoras da empresa, que atingiu 100% da equipe de língua estrangeira.

Outro destaque do ano foi o curso *Comunicação pública: fortalecimento da sociedade e da democracia*, promovido em parceria com o Centro de Pesquisas e

Produção em Comunicação e Emergência da Universidade Federal Fluminense (Emerge UFF), grupo de pesquisa integrante da Frente. Os vídeos podem ser acessados no canal do Youtube do Emerge (<https://www.youtube.com/c/EmergeUFF/videos>) e os áudios no podcast Comissão Informa, da Comissão de Empregados da EBC (<https://linktr.ee/comissaoinforma>).

Lançamentos

Junto com este segundo relatório, lançamos também, durante o Fórum Social das Resistências e Fórum Social Mundial Justiça e Democracia 2022, em Porto Alegre, no dia 27 de janeiro de 2022, a biblioteca da comunicação pública e o Mapa Interativo Histórico da EBC. Ambos podem ser acessados na página da Ouvidoria Cidadã da EBC.

Com a biblioteca, disponibilizamos referências de leitura sobre comunicação pública, a EBC e seus veículos, com links para download dos trabalhos sempre que possível. Já o Mapa é fruto da pesquisa de mestrado na UFRJ da conselheira cassada da EBC Akemi Nitahara, e traz a linha do tempo com os marcos históricos e legais dos veículos da empresa.

Não custa lembrar: A EBC não é do governo! A EBC é da sociedade brasileira e vamos lutar para que ela continue assim.

Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública

AMOSTRA DAS PUBLICAÇÕES DA OUVIDORIA CIDADÃ EM 2021

▶ ARTIGOS

Ouvidoria Cidadã da EBC, peça de resistência da comunicação pública

Laurindo Leal Filho, Professor da ECA/USP e 1º Ouvidor-geral da EBC



Uma das primeiras vítimas dos golpes de Estado em diferentes países é a comunicação pública. São comuns as cenas de invasões armadas de emissoras de rádio e televisão logo após o anúncio dos golpes. No Brasil, em 2016, não foi diferente. Houve apenas uma adaptação à forma como foi realizada a quebra da ordem constitucional, sem tanques nas ruas, mas com ações de subversão

envolvendo os poderes da República, a mídia hegemônica e, sabe-se agora com clareza, as Forças Armadas.

Um dos primeiros atos do chefe do novo regime, Michel Temer, foi acabar com o caráter público da EBC, a Empresa Brasil de Comunicação. Para isso destituiu o seu Conselho Curador, órgão de representação da sociedade na gestão da empresa. Sua composição “respeitava a diversidade geográfica do país e dava espaço às mulheres, aos negros, às pessoas com deficiência, aos índios e também aos especialistas na radiodifusão e na produção de conteúdo. Era um microcosmo da sociedade brasileira influenciando em temas, pautas, enfoques de programas e reportagens produzidas pela EBC”.¹

Cabia à Ouvidoria dar os elementos necessários para que esse trabalho fosse permanente e executado com eficiência. Através dela, as demandas do público chegavam ao Conselho, depois de analisadas, de instruídas com informações obtidas pelos responsáveis por programas ou áreas da empresa e devidamente sistematizadas em relatórios periódicos, apresentados publicamente. Munidos dessas informações, os conselheiros podiam tomar decisões com segurança, atendendo demandas da audiência. Programas e publicações de veículos da EBC tiveram seus conteúdos reorientados, em alguns momentos, como resultado desse trabalho.

¹ L. LEAL FILHO, Laurindo. Comunicação Pública. In: GONÇALVES, Miriam (Org.). Enciclopédia do Golpe, o Papel da Mídia, vol. 2. Baurú: Canal6 Editora, 2018.

A Ouvidoria possuía total independência em relação à direção da empresa, garantindo a ela o exercício da crítica, sem nenhum tipo de restrição. Condição que só era possível num ambiente democrático, imprescindível para o funcionamento da comunicação pública.

A Ouvidoria não foi extinta da forma truculenta como aconteceu com o Conselho. Manteve-se na aparência, mas sucumbiu na prática, tornando-se uma ferramenta a mais no processo de transformação da EBC em agência de propaganda dos governos que se instalaram no poder depois do golpe.

A sociedade não pode ter fechados os seus canais de acesso à comunicação pública, afinal é ela que os mantém com seus impostos. Daí a importância da criação da Ouvidoria Cidadã da EBC, capaz de dar publicidade às demandas do público não contempladas pela Ouvidoria oficial. Ainda que essas manifestações não resultem em transformações nos conteúdos veiculados pela EBC, elas serão importantes como registros históricos deste momento de atropelo da comunicação pública no Brasil.

Mas não é apenas esse o mérito da Ouvidoria paralela. Caberá a ela também manter viva a prática de uma Ouvidoria sem amarras, imprescindível a uma sociedade democrática. Dessa forma, no momento em que a democracia voltar ao país, teremos condições imediatas de retomar a ação independente da Ouvidoria, a partir do ponto em que ela foi interrompida em março de 2018, após o fim do mandato da ouvidora escolhida de acordo com os princípios legais.

Quem se importa com a TV Brasil?

Josefi Marques - Jornalista, diretora executiva do Instituto Atrium, ex-ouvidora geral da EBC



“Vem aí o telejornal do Governo; só boas notícias” - esta é uma péssima notícia, que envolve um risco enorme, que poucos conseguem perceber. Então, pensem...

Ninguém sabe, poucos veem - pelo menos é o que se diz sobre o patrimônio público da radiodifusão no Brasil. Como assim, patrimônio público? Mas não é a “TV do Governo”, como até mesmo a mídia

tradicional costuma categorizar? Cabe aqui um parêntese: este patrimônio público, originalmente, também inclui oito rádios e uma agência de notícias. Mas a TV, que acusam de não ter audiência, é o que todos os críticos veem, mesmo sem assistir. E quem se interessa pelo que diz uma TV “do Governo”? É só propaganda; não mostra a verdade dos acontecimentos.

Este é um resumo mal traçado da opinião do público que tem recursos para bancar TV por assinatura, onde se incluem alguns jornalistas que assinam colunas. Mas talvez não seja a de milhões de brasileiros e brasileiras que têm apenas a TV aberta como entretenimento. E como sempre atestam pesquisas de consumo de mídia, a TV ainda é o principal veículo de informação e entretenimento dos brasileiros, mesmo com a crescente abrangência da internet.

Pode até ser que poucos saibam qual a diferença entre comunicação pública, privada e estatal. Notem: estatal nada tem a ver com “governamental”, é preciso destacar, porque as pessoas em geral desconhecem, ou não se importam em saber. Mas está lá na Constituição Federal no Art. 223 do Capítulo V:

“Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

Percebem? Não existe previsão para comunicação governamental. Informações de Estado, estas sim são de interesse público - a diferença se torna cada vez mais tênue quando o público abre mão e não defende o que é seu de direito... e a comunicação pública, em seu espectro mais visível, o da radiodifusão, é um direito inalienável de todos os cidadãos e cidadãs deste país. Não poderia, jamais, ser utilizada como instrumento de propaganda de governos, sejam eles quais forem.

E quanto pior os governos, mais os veículos públicos são utilizados pelos governantes para camuflar omissões e enaltecer malfeitos. Imagine o poderio de oito rádios, com alcance espetacular das rádios públicas, a serviço da plataforma de desinformação deste governo que hoje ocupa o Palácio do Planalto?

No entanto, há que se prestar atenção à TV Brasil, que é pública e que sabemos que orbita no universo das TV abertas. Para um público que não tem acesso a quase nenhum de seus direitos, é um alento poder assistir programas “de graça”. Mas a quase totalidade dos programas das TVs abertas insufla a violência, oferece entretenimento de baixa qualidade, informação sem compromisso com a verdade dos acontecimentos, porque em geral fazem propaganda paga, e muito bem paga, com o meu, com o seu dinheiro público. E isso se torna muito mais danoso quando vem travestido de jornalismo.

Olhem só o que declarou um apresentador da Rede TV! quando foi perguntado sobre o cachê de R\$ 120 mil que recebeu da Secretaria de Comunicação do Governo para fazer propaganda da cloroquina: “Eu vendo caixão, terreno, carro, sorvete, remédio, qualquer coisa”.

Percebem onde reside o perigo de uma fonte única e atraente de um discurso sem compromissos que não seja o lucro?

Entendem agora a importância de se insistir para que se respeite e defenda a lei que instituiu os veículos de comunicação pública no Brasil? Compreende-se, no entanto, que falar de “comunicação pública” é uma informação relativamente nova e, portanto, embaralhada no turbilhão de notícias de política que, afinal, sempre ocupa muito os interesses dos veículos da comunicação privada. Uma notícia “nova”, que parece padecer de uma eterna juventude, mas que surgiu em 2007, com a Lei que criou a EBC e instituiu a parte pública da complementariedade de que fala a Constituição – uma lei que já nasceu tomando bordoadas; afinal, foi criada e sancionada no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que à época sofria enorme resistência da mídia hegemônica que hoje o defende.

Permitam novo parêntese: se fizeram o diabo para retirar Lula da disputa eleitoral que ele venceria em primeiro turno em 2018, imaginem o que não fazem com a TV Brasil, sempre atacada pelo que nela veiculam, como se os conteúdos ela mesma fosse. A TV Brasil é uma TV pública! E deveria ser defendida inclusive pelos jornalistas das emissoras privadas.

Mas voltemos ao ponto.

No contexto geral da radiodifusão no Brasil, temos seis emissoras privadas de amplitude nacional, com 545 estações geradoras ou retransmissoras, segundo dados de 2016 da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel. Entre elas, temos a TV Globo que, mesmo extemporaneamente, tem-se colocado do lado certo da história, embora com um discurso que mais alcança as classes mais favorecidas – ou menos empobrecidas, neste Brasil que voltou para o mapa da fome e da miséria.

E as outras cinco emissoras? Todas falam uma linguagem bem elaborada para uma audiência que potencialmente renderá votos contratados, que se reverterão em proximidade e benesses de governos, partidos e políticos de baixa qualidade. Neste (des)governo que temos vivenciado, esta proximidade chegou ao extremo - o ministro das Comunicações é genro do dono do SBT!

Um jornalismo ético, plural e comprometido com a formação da cidadania seria o dever e a missão da emissora pública, com um discurso também de acesso a todos os públicos, comprometido com a formação da cidadania, protegendo os mais humildes, fazendo um contraponto pedagógico no cenário de desvario midiático onde prevalecem os vendedores de crenças, promessas de salvação, caixão, sorvetes, carros e cloroquina.

Na disputa entre TVs comerciais, a falta de compromisso ético é a tônica e o dinheiro público é a moeda de troca. Imaginem então, neste panorama nefasto, uma TV pública, sequestrada por um governo inominável, mostrando uma realidade edulcorada, como se somente coisas boas estivessem acontecendo, e garantindo que as inverdades e manipulações é que são notícias confiáveis. Agora imaginem este governo, pagando com o dinheiro público as outras quatro emissoras abertas que topam tudo por dinheiro, para replicar o show de Truman do negacionismo. Difícil, não? Mas é a mais dolorosa verdade.

“Vem aí o telejornal do Governo. Só boas notícias”. Leiam a notícia na Folha de S. Paulo², porque chega a ser difícil reproduzir.

Como dizia meu saudoso pai, “se tivéssemos acordado mais cedo, hoje estaríamos dormindo melhor”. Agora o que nos resta é torcer para que a TV Globo, mesmo que pelo motivo errado, continue fazendo a coisa certa, principalmente quando a corrida eleitoral efetivamente começar. A conferir.

² https://www1.folha.uol.com.br/colunas/alvaro-costa-e-silva/2021/06/vem-ai-o-telejornal-do-governo-so-boas-noticias.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa

Carta à sociedade: por que a EBC não deve ser privatizada

Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública

O Ministério das Comunicações anunciou o envio da Empresa Brasil de Comunicação ao Programa Nacional de Desestatização (PND). A decisão parece ser uma resposta a setores da imprensa ligados ao sistema financeiro, reproduzindo a lógica de dependência dos “mercados” da própria comunicação privada. Embora o movimento ainda envolva estudos sobre possíveis formas de privatização da empresa, foi um passo perigoso rumo à destruição da estatal. Neste sentido, trabalhadores que atuam nos setores da companhia vêm dialogar com a sociedade sobre sua natureza e importância.

Desde o seu nascimento, em 2007, a TV Brasil e a EBC são alvos de intensas campanhas negativas e, mais recentemente, pela sua privatização. Os argumentos vão desde um suposto déficit que a empresa daria ao governo até o valor gasto com salários e baixa audiência de seus veículos. Os trabalhadores vêm aqui trazer alguns esclarecimentos que esperamos sejam incluídos nas matérias, em geral com somente um lado.

A EBC foi criada a partir do que manda a Constituição Federal. O Artigo 223 da Carta Magna prevê a complementaridade dos sistemas público, privado e estatal. A Lei que criou a estatal (11.652, de 2008) regulamenta essa diretriz, criando a empresa. Assim, a EBC não foi um feito de um governo, mas a materialização tardia do que a Constituição já determinava desde sua promulgação, no fim dos anos 1980.

A comunicação pública não é uma invenção brasileira, ao contrário, é realidade na maioria dos países. Enquanto alguns segmentos buscam atacar a existência deste serviço, outros países com democracias consolidadas (até mesmo de caráter bastante liberal) entendem e estimulam o papel da comunicação pública para atender ao direito à informação dos cidadãos, investir em conteúdos sem apelo comercial e pautar temas de interesse público. É o caso da BBC no Reino Unido, da RTP em Portugal, da NHK no Japão ou da PBS nos Estados Unidos.

A EBC não dá “prejuízo” ou “déficit”. Ela é uma empresa pública dependente, e não autossuficiente como Correios ou Banco do Brasil. Embora ela consiga arrecadar recursos com patrocínios e prestação de serviços, suas fontes de financiamento não servem e nunca servirão para torná-la autônoma, já que ela não deve se tornar refém do próprio mercado para garantir ainda mais sua autonomia. Assim como ministérios e universidades não dão “prejuízo”, a EBC (e outras estatais dependentes, como a Embrapa) também não dá.

Este modelo de negócio não é inovação da EBC, ele ocorre no mundo inteiro. Só conseguem autonomia financeira empresas custeadas a partir de impostos, como a BBC do Reino Unido ou a RAI na Itália. Não é o caso do Brasil. Ao contrário, a EBC tem uma fonte

de receita própria complementar (a Contribuição para o Fomento à Radiodifusão Pública), que, do total arrecadado, só foi reservado R\$ 2,8 bilhões em todos os anos de contribuição à EBC, desde 2009, mesmo que quase nada tenha sido repassado à empresa (tanto por uma contenda judicial quanto por falta de vontade política dos governos)³.

Matérias na imprensa reproduzem o argumento do governo, afirmando que o orçamento de R\$ 550 milhões por ano é “muito”. E ressaltam sempre valores gastos com salários. Não se mantém uma empresa que tem duas TVs, oito rádios, duas agências nacionais, produz conteúdo e presta serviços ao governo federal sem recursos. Tampouco se faz comunicação sem pessoas - que devem ser contratadas conforme prevê a legislação, e não fraudando a lei com contratações por pessoa jurídica (PJ). É o que a maioria das empresas de radiodifusão fazem, como Band, Globo e SBT, o que levou a multas milionárias da Receita Federal e problemas graves na Justiça trabalhista. É de se esperar, naturalmente, que as empresas públicas cumpram, minimamente, a lei.

Colunistas e o próprio governo reclamam do “desempenho” da EBC e falam em melhoria e “otimização” por conta da audiência. Os veículos da EBC não foram criados para disputar audiência, embora devam buscar sempre esse alcance. A TV Brasil já chegou a ser a 5ª emissora nacional e é a única aberta com programação infantil de fato. Poderia ter avançado em marcas mais efetivas, mas a falta de investimento e prioridade política dificultaram o ganho de visibilidade da empresa.

Mesmo com a falta de apoio e desmonte recente, a Agência Brasil produz conteúdos gratuitos que abastecem milhares de grandes e pequenos veículos de comunicação. A Radioagência Nacional faz o mesmo com estações de rádio. A Rádio Nacional da Amazônia serve centenas de milhares de ouvintes nos rincões do país. Além disso, a empresa tem caráter educativo, com difusão de programas e reportagens para contribuir com a formação dos cidadãos.

O questionamento da privatização da EBC vai muito além de seus empregos - embora essa preocupação seja legítima, uma vez que estamos falando de famílias que são sustentadas por esses empregos em um país com mais de 14 milhões de desempregados. Mesmo assim, é necessário restabelecer informações diante de uma campanha de ataque e que esconde a relevância social da empresa. Se é fato que o governo atual vem aparelhando editorialmente e desmontando muitos programas e serviços, a saída não pode ser extinguir ou privatizar, mas sim corrigir os erros e dar a devida estrutura para que a empresa possa, de fato, cumprir sua missão constitucional de fazer comunicação pública.

³ <https://sistemas.anatel.gov.br/anexar-api/publico/anexos/download/94048e5652b2272e693e4ca9ce14d485>

Governo e Direção da EBC censuram a própria Ouvidoria

O relatório bimestral publicado pela Ouvidoria da Empresa Brasil de Comunicação (a oficial, e não esta Ouvidoria Cidadã), referente a março e abril de 2021⁴, traz um alerta vermelho para toda a sociedade: o órgão foi CENSURADO pelo Conselho de Administração (Consad).

Na seção do relatório destinada à análise dos conteúdos, há um aviso de que “as Análises do Ombudsman, enviadas aos gestores e ao Consad, serão publicadas apenas no Relatório Anual da Ouvidoria, conforme Deliberação Consad/EBC 12/2021”. O relatório traz também a reprodução da deliberação citada, que não encontramos disponível na página do Consad⁵.

Ao lado da Diretoria Executiva, o Consad integra a administração da EBC. Ele tem natureza colegiada e a função de deliberação estratégica, sendo composto por nove membros: um representante eleito pelos empregados da EBC, o presidente da empresa, dois membros independentes indicados pelo “ministério supervisor” e cinco indicados por outros ministérios.

Os dois membros independentes que participaram desta deliberação são da Secretaria de Governo da Presidência da República (Segov), já que, até junho do ano passado, a EBC estava vinculada à Segov. A empresa passou a integrar o Ministério das Comunicações (MCom), criado em junho, e, portanto, novos membros independentes devem ser indicados por esse ministério. A Lei das Estatais determina que eles sejam independentes da empresa, mas não do governo.

O Consad tem como missão “zelar pela continuidade dos serviços, observados os índices de confiabilidade, qualidade, eficiência; pela transparência, eficácia e legalidade da gestão; pela proteção e valorização do patrimônio da EBC tomando por base os valores e a função social da Empresa”, conforme consta no Regimento Interno do órgão⁶. Essa missão, no entanto, está sendo desvirtuada.

Esta Ouvidoria Cidadã entende que a função social da EBC é fazer comunicação pública! Inclusive nosso mecanismo cidadão de acompanhamento dos veículos e conteúdos da empresa pela sociedade civil foi criado diante do desmonte da participação social feito na EBC. Na lei de criação da empresa, nº 11.652/2008⁷, o artigo 20 especifica a função da ouvidoria:

⁴ https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/04_-_relatorio_da_ouvidoria_mar-abr_2021_-_publi.pdf

⁵ <https://www.ebc.com.br/governanca-corporativa/conselho-de-administracao-consad>

⁶ https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/regimento_interno_do_consad_-_21-06-2018_0.pdf

⁷ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11652.htm

“Art. 20. A EBC contará com 1 (uma) Ouvidoria, dirigida por 1 (um) Ouvidor, a quem compete exercer a crítica interna da programação por ela produzida ou veiculada, com respeito à observância dos princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública, bem como examinar e opinar sobre as queixas e reclamações de telespectadores e rádio-ouvintes referentes à programação”.

Ou seja, é função da Ouvidoria da EBC fazer a análise crítica dos conteúdos veiculados e também opinar sobre as manifestações do público. Apesar de verificarmos que a Ouvidoria da EBC atualmente não cumpre essa função de modo satisfatório, baseada nos princípios da comunicação pública, alguma análise estava sendo feita.

No primeiro relatório bimestral de 2021⁸, a seção Análise do Ombudsman trouxe, por exemplo, a repetição de queixas de telespectadores quanto à falta de sinal da TV Brasil; problemas de funcionamento no aplicativo TV Brasil Play; reclamações sobre mudanças na grade da programação e redução do tamanho do Sem Censura; variação do volume do áudio entre as músicas e o locutor nas rádios; e a irritação que respostas padrões dos setores demandados gera.

O Relatório também destacou a estreia da Rádio Nacional no Spotify, a extensa cobertura do Enem e a programação de carnaval em meio à pandemia nas emissoras. Coincidindo com uma análise feita aqui⁹, a Ouvidoria da EBC apontou a falta de cobertura do colapso da saúde em Manaus no dia 14 de janeiro. Foi publicado no relatório uma reclamação de leitor e a resposta enviada pela Agência Brasil. Sem análise pelo Ombudsman, mas o fato foi relatado.

A Lei 13.460/2017¹⁰, citada na Deliberação do Consad, que “dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública”, especifica no artigo 13 que as ouvidorias dos órgãos públicos devem:

I - promover a participação do usuário na administração pública, em cooperação com outras entidades de defesa do usuário;

II - acompanhar a prestação dos serviços, visando a garantir a sua efetividade;

III - propor aperfeiçoamentos na prestação dos serviços;

IV - auxiliar na prevenção e correção dos atos e procedimentos incompatíveis com os princípios estabelecidos nesta Lei;

V - propor a adoção de medidas para a defesa dos direitos do usuário, em observância às determinações desta Lei;

⁸ https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/02_-_relatorio_da_ouvidoria_jan-fev_2021.pdf

⁹ <https://ouvidoriaciadadaebc.org/mundo-paralelo/>

¹⁰ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13460.htm

VI - receber, analisar e encaminhar às autoridades competentes as manifestações, acompanhando o tratamento e a efetiva conclusão das manifestações de usuário perante órgão ou entidade a que se vincula; e

VII - promover a adoção de mediação e conciliação entre o usuário e o órgão ou a entidade pública, sem prejuízo de outros órgãos competentes.

A função de análise também está presente na Norma 104 da EBC¹¹, que trata da Ouvidoria, na descrição das competências do órgão: "XI - exercer a crítica interna da programação produzida ou veiculada pela Empresa, com respeito à observância dos princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública".

Quanto à divulgação dessas análises, o empilhamento de normas e leis são abrangentes. A lei de criação da EBC fala de "boletim interno diário com críticas à programação do dia anterior, a ser encaminhado à Diretoria Executiva"; programação semanal de no mínimo 15 minutos para "divulgação pública de análises sobre a programação da EBC" - o que foi feito em poucos momentos ao longo da história da empresa; e "relatórios bimestrais sobre a atuação da EBC, a serem encaminhados aos membros do Comitê Editorial e de Programação", comitê esse que nunca foi instalado. Todas essas diretrizes também estão presentes na Norma 104.

Na lei das Ouvidorias, o artigo 14 fala de "elaborar, anualmente, relatório de gestão" com as análises e "apontar falhas e sugerir melhorias na prestação de serviços públicos".

Já a Norma 104 explicita "elaborar, anualmente, relatório de gestão, que deverá consolidar as informações referentes às manifestações encaminhadas por usuários de serviços públicos, e, com base nelas, sugerir melhorias na prestação de serviços públicos", numa cópia da lei 13.460/2017.

Ou seja, a censura imposta à Ouvidoria é questionável, à luz da legislação. A Deliberação 12/2021 do Consad leva em conta a parte que lhe convém em cada dispositivo citado e atua para esconder as críticas, por menores que sejam. Essa atuação é típica de regimes autoritários, incapazes que são de lidar com a menor crítica, e que trabalham para esconder os problemas, no lugar de corrigi-los.

A falta de divulgação das Análises do Ombudsman prejudica a já precária participação social que ainda resta à EBC. A sociedade, para quem a empresa deve transparência, deixa de contar com um importante mecanismo de controle social, o último que restava. Terá acesso apenas a relatos anuais que parecerão deslocados no tempo em relação aos fatos analisados e dispersos, sem a possibilidade de cobrar a correção de erros a tempo em uma época de overdose de informação diária, a chamada infodemia em que vivemos.

¹¹ https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/nor_104_-_norma_de_ouvidoria_-_versao_31_-_direx_125_de_27.12.18.pdf

Se o objetivo das análises da Ouvidoria é apontar problemas no cumprimento dos preceitos de comunicação pública para que possam ser corrigidos, divulgá-las apenas uma vez por ano parece mais uma forma de empurrar as questões trazidas pelo público para debaixo do tapete do que uma intenção de resolver os problemas. O relatório bimestral trazendo apenas a atuação da Ouvidoria e estatísticas dos atendimentos, com recortes de manifestações do público, fica desinteressante para a sociedade. Parece ainda mais uma peça de comunicação institucional e não de participação social.

A Ouvidoria Cidadã da EBC terá, a partir de agora, um papel ainda mais destacado para que a comunicação pública resista! Continuaremos fazendo as análises críticas dos conteúdos veiculados pela EBC, registrando as falhas e destacando os méritos, para que, no futuro, o órgão paralelo não seja mais necessário, com a retomada da participação social de forma institucionalizada, como preconizado pelas boas práticas democráticas.

Contribua você também! Entre em contato com a Ouvidoria Cidadã da EBC pelo e-mail ouvidoriacidadaebc@gmail.com.

Caminhos da comunicação pública



No domingo 25 de julho o programa Caminhos da Reportagem, da TV Brasil, exibiu mais um exemplo do bom trabalho que a comunicação pública pode e deve fazer: falar sobre a própria comunicação pública!

As palavras de apresentação do episódio *Comunicação Pública: diversidade para a cidadania* dão um bom panorama do que será apresentado ao longo dos 26 minutos:

“Conteúdo diversificado, rostos diferentes, todas as vozes, imagens e lugares incríveis. Natureza, diversão, história, cultura, denúncias, memória. A cidadania como prioridade. Quem lê, escuta, vê e acompanha os veículos públicos de comunicação recebe um conteúdo gratuito, livre de apelos comerciais, para o exercício completo da cidadania”.

Trazendo exemplos internacionais, da japonesa NHK e da australiana SBS, o Caminhos fala das funções democráticas que essas empresas de comunicação pública exercem em seus países. Entre os destaques estão o jornalismo imparcial “para ajudar os telespectadores a tomarem as melhores decisões”, programas que não podem ser medidos pelo índice de audiência, por abordarem questões educacionais, de bem-estar e artísticos, ou a programação em mais de 60 idiomas, dirigida às comunidades migrantes da Austrália.

Trazendo para o Brasil, o programa lembra da importância e do alcance da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), apresentando dados da Radioagência Nacional, da Agência Brasil e da TV Brasil, bem como relembrando o início da radiodifusão no país.

O Caminhos da Reportagem também destaca o sucesso do próprio programa, com prêmios vencidos e episódios que se tornaram referência nas escolas, como o Ecos da Escravidão, com 3 milhões de acessos, e Pré-história Brasileira, que já foi visto por 2 milhões de pessoas.

O programa lembra, ainda, da diferença entre a comunicação pública e a estatal e da importância da autonomia financeira para garantir a independência editorial dos veículos públicos. Mais um episódio do Caminhos da Reportagem que tem tudo para se tornar referência em conteúdo didático e de qualidade!

Confira o episódio: <https://tvbrasil.ebc.com.br/caminhos-da-reportagem/2021/07/comunicacao-publica-diversidade-para-cidadania>

Brumadinho



O dia 25 de janeiro de 2019 entrou para a história do país com a tragédia socioambiental do rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, que deixou 270 mortos e causou impactos em pelo menos 25 municípios mineiros. Dois anos após o desastre, a Agência Brasil publicou uma série de cinco reportagens atualizando a situação social, jurídica e financeira do caso.

Em um trabalho minucioso, a série detalhou as negociações para os pagamentos e o papel da justiça no caso, além da situação econômica de Brumadinho, hoje tranquila por causa dos acordos com a empresa,

mas sem garantias para o futuro. Mostrou também os impactos populacionais no município e como o comércio e o turismo foram fortemente afetados pela tragédia.

As reportagens podem ser conferidas nestes links:

Criticada por divisão de lucros, Vale diz se comprometer com atingidos:
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-01/criticada-por-divisao-de-lucros-vale-diz-se-comprometer-com-atingidos>

Combate à covid-19 usa R\$1,7 bi de indenização paga por Vale e Samarco:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-01/combate-covid-19-usa-r17-bi-de-indenizacao-paga-por-vale-e-samarco>

Tüv Süd reservou 28,5 mi de euros para lidar com processos de tragédia:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-01/tuv-sud-reservou-285-mi-de-euros-para-lidar-com-processos-de-tragedia>

Prefeitura de Brumadinho vive boa situação econômica, mas teme futuro:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-01/prefeitura-de-brumadinho-vive-boa-situacao-economica-mas-teme-futuro>

Erro de sistema paralisa ação criminal sobre tragédia de Brumadinho:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2021-01/erro-de-sistema-paralisa-acao-criminal-sobre-tragedia-de-brumadinho>

Memória do Mundo



Herdeira da tradição radiodifusora brasileira, que está prestes a completar 100 anos da criação da primeira emissora do país, a Rádio Sociedade, a EBC reúne um vasto acervo histórico. É uma joia rara e preciosa que poderia ser melhor explorada.

Apesar de seu rico material e do excelente trabalho de conservação e pesquisa realizado pela equipe, o acervo da EBC não conta com página web própria e aparece com destaque esporadicamente nos veículos e agências do grupo de comunicação pública.

Análise completa e exemplos do trabalho do Acervo em:

<https://ouvidoriacidadaebc.org/memoria-do-mundo/>

Exibição da novela *Os Dez Mandamentos* pela TV Brasil fere a Constituição



A decisão da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) de licenciar a novela *Os Dez Mandamentos*, produzida pela TV Record, vai contra o artigo 223 da Constituição Federal. O artigo determina o princípio da complementaridade dos sistemas de radiodifusão: privado, público e estatal. Trata-se de desvirtuamento da Carta Magna e também da Lei de Criação da EBC (11.652), colocando o sistema público como braço auxiliar na divulgação de um único olhar sobre a religiosidade.

A novela conta uma das mais famosas passagens bíblicas: a saga de Moisés, desde o nascimento, até a chegada de seu povo à Terra Prometida, segundo a fé cristã. Para esta produção, foi feito um contrato de licenciamento pela TV Brasil com a TV Record. O valor do licenciamento é de R\$3,2 milhões para a veiculação das duas temporadas da novela pela Rede Nacional de Comunicação Pública (formada por emissoras educativas, estaduais

e universitárias), pelo aplicativo TV Brasil Play e pela TV Brasil, por um ano e meio na faixa nobre de exibição.

Não há como colocar em prática a complementaridade dos sistemas público, privado e estatal reproduzindo conteúdos que já foram exibidos e reprisados pelo menos quatro vezes pelo segundo maior conglomerado comunicacional do país e que ainda ficou três anos disponível na plataforma de streaming Netflix.

Confira a análise completa e entenda os processos judiciais envolvendo a faixa religiosa da TV Brasil: <https://ouvidoriacidadadaebc.org/exibicao-da-novela-os-dez-mandamentos-pela-tv-brasil-fere-a-constituicao/>

Maria Clara Machado



O mês de abril marcou o centenário de Maria Clara Machado, nascida no dia 3 de abril de 1921. Professora, diretora, dramaturga, o nome Maria Clara Machado foi imortalizado no teatro infantil brasileiro, com clássicos como *Pluft*, *o fantasma*, *A Bruxinha que era boa* e *A menina e o vento*, além de ter fundado o teatro O Tablado, em 1951, instituição que dirigiu por 36 anos, de 1964 a 2000.

Com o nome ligado à história da TV Brasil, já que um dos primeiros programas produzidos por sua antecessora, a TVE, foi justamente a série *Pluft*, estrelada por Dirce Migliaccio nos anos 1970, o centenário de Maria Clara Machado não poderia passar em branco pelos veículos públicos de comunicação.

Foram belas homenagens, que ocuparam todos os veículos e agências da EBC. Acesse os links dos materiais em <https://ouvidoriacidadaebc.org/maria-clara-machado/>.

Veículos públicos escondem marca trágica dos 400 mil mortos



Brasil atingiu oficialmente a trágica marca de 400 mil vítimas fatais de Covid-19 no dia 29 de abril de 2020. O Painel Coronavírus do Ministério da Saúde¹² foi atualizado com os dados do dia às 18h55, indicando 3.001 casos novos de óbitos registrados na data, totalizando 401.186 óbitos acumulados.

Mas a Agência Brasil só foi publicar matéria a respeito quase uma hora depois¹³, às 19h40. E sem nenhum destaque na capa do portal. A Agência Brasil não aprofundou o tema em nenhum momento e de nenhuma forma. Faltaram matérias humanizadas e com a sociedade civil que refletisse de fato a dor das famílias.

Na Radioagência Nacional, a matéria com o fatídico número só foi publicada às 21h53¹⁴. Vale destacar também a ausência do número nos jornais da Rádio Nacional e da TV Brasil, no dia 29 à noite. No dia seguinte pela manhã, ambos veículos apenas citaram os números de forma protocolar no Repórter Brasil da TV Brasil¹⁵ e no Repórter Nacional das 7h30¹⁶, transmitido pela Rádio Nacional e pela TV Brasil.

Confira a análise completa: <https://ouvidoriacidadaebc.org/400-mil-mortos-escondidos-nos-veiculos-publicos/>

¹² <https://covid.saude.gov.br/>

¹³ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-04/brasil-atinge-marca-de-400-mil-mortos-pela-covid-19>

¹⁴ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/saude/audio/2021-04/brasil-chega-400-mil-mortos-por-covid-19>

¹⁵ <https://www.youtube.com/watch?v=-YGxinb7joA>

¹⁶ https://www.youtube.com/watch?v=_VPUSNLfFZg&t=785s

A vergonhosa volta do Sem Censura



Criado em 1985 em meio à reabertura política do país, após 21 anos de ditadura militar, o programa televisivo Sem Censura disse ao que veio já no nome. A ideia era promover debates políticos com liberdade na TVE do Rio de Janeiro, canal antecessor da TV Brasil, após a censura sistêmica aos meios de comunicação promovida nos anos de chumbo.

Apesar de não ter mais o enfoque em debates políticos nos anos 2000, o Sem Censura estava consolidado como um programa de entrevistas de variedades e espaço para divulgação de artistas. Com nome gravado na história da televisão brasileira, o programa foi um dos produzidos pela TVE mantidos na grade da TV Brasil, criada em 2007 com a fusão com a TV Nacional de Brasília.

As mudanças de formato ocorreram ao longo dos anos. O programa tinha duas horas de duração e ocupava a grade das tardes da TV Brasil de segunda a sexta-feira. O horário mudou algumas vezes e o tempo foi sendo reduzido, primeiro para 1h30, posteriormente para 1 hora de duração.

Até que em março de 2020 o Sem Censura foi “repaginado” para se tornar mais “dinâmico”: passou a ter 30 minutos de duração, metade do tempo anterior. No projeto original do novo programa era previsto apenas um entrevistado no estúdio, falando sobre um tema diverso, e entradas ao vivo de repórteres do jornalismo da TV Brasil com notícias do dia.

Com o advento da pandemia da Covid-19, esse formato foi ao ar em uma única edição, passando no dia seguinte a não ter nenhum convidado em estúdio, por medidas de segurança sanitária. As entrevistas passaram a ser online, com duração de cerca de 4

minutos, muito diferente da ideia de bate-papo descontraído e aprofundado original do programa.

Porém, em novembro de 2020 o Sem Censura saiu do ar e voltou à grade com nova reformulação no dia 5 de abril, com uma hora de duração e apenas às segundas-feiras, às 21h30, sendo transmitido ao vivo dos estúdios da TV Brasil de Brasília, em vez do Rio de Janeiro.

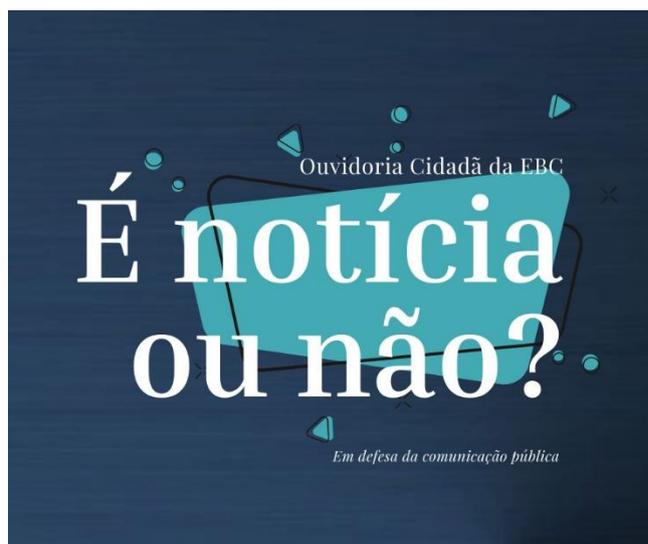
Na estreia, a apresentadora Marina Machado informa que “o programa foi reformulado para promover o debate franco e confiável num momento de polarizações” e que pretende ser um “lugar de troca de ideias sem meias palavras”.

Porém, o que se seguiu ao longo do ano foi um desfile de ministros, secretários e outros membros e apoiadores do governo. Nunca uma voz dissonante ou questionadora.

O histórico Sem Censura merecia um enterro mais digno, e não ter o nome vilipendiado com a transformação do programa em um arremedo de debates com cunho governista.

Confira a análise das primeiras edições: <https://ouvidoriacidadaebc.org/a-vergonhosa-volta-do-sem-censura/>

Afinal, o que tem sido relevante na EBC? Jornalismo de perfumaria?



Além das censuras aplicadas por chefias e editores, denunciadas pelo Dossiê da Censura¹⁷, outra artimanha de quem detém o poder sobre a linha editorial na EBC tem sido a de abarrotar a pauta com temas desimportantes. Tal estratégia pode ser observado em todos os veículos da empresa. A Ouvidoria Cidadã da EBC destaca, abaixo, algumas das matérias que foram produzidas com esse objetivo.

- Entrevista sobre “escravidão digital”

veiculada no programa Tarde Nacional, no dia 13 de maio de 2021, quando, no ano de 1888, a princesa Isabel assinou a Lei Áurea;

¹⁷ <https://ouvidoriacidadaebc.org/terceiro-dossie-mostra-institucionalizacao-da-censura-e-do-governismo-na-ebc/>

- Em fevereiro, "Agência Brasil explica: como limpar o cache e o histórico de navegação", no momento em que o país passava por questões como a desproteção da região amazônica, a intervenção na Petrobras e a queda na faixa etária de vítimas fatais de covid-19;

- Em dezembro de 2020, matérias na Radioagência Nacional sobre "Ceia deste Natal será momento de se permitir, diz nutricionista" e "Amigo secreto virtual garante troca de presentes e afeto neste Natal";

As chefias da EBC, embora frequentemente se vangloriem do aumento no número de cliques, ou seja, acessos aos conteúdos, estão, na realidade, diminuindo o alcance dos veículos ao priorizar pautas frias ou de gaveta, como são chamadas aquelas que têm enfoques em assuntos que não precisam ser publicados imediatamente. Estão, com isso, reduzindo o potencial do jornalismo em dois anos críticos, tanto pela necessidade da população de se manter atualizada como pela infodemia, a pandemia da desinformação, que exige um combate a ravinas de invencionices.

Com a adesão de 257 empregados no Plano de Demissão Voluntária (PDV) finalizado em dezembro de 2018, a EBC passou a ter 1.705 funcionários efetivos. Atualmente, o quadro é ainda menor. Por isso, sem dúvida, é o momento de se eleger bem, sem nenhum equívoco, aquilo que merece ser noticiado.

Confira a análise completa: <https://ouvidoriacidadaebc.org/afinal-o-que-tem-sido-relevante-na-ebc-jornalismo-de-perfumaria/>

Rádios Nacional na banda estendida da FM



As rádios Nacional AM da EBC estrearam na banda estendida da FM no dia 7 de maio. As boas novas chegam pelas ondas eletromagnéticas em Frequência Modulada no Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Belo Horizonte e Recife, todas na mesma sintonia: 87.1 FM.

"No Rio de Janeiro, a 87.1 FM veiculará a tradicional

Rádio Nacional - que mantém também a programação em AM. Nas outras cidades, a grade será composta por produções das três emissoras: Rádio Nacional AM, Rádio Nacional FM

e Rádio MEC” e “excepcionalmente em Brasília, que já possui a transmissão da Rádio Nacional na frequência 96.1 FM, o conteúdo que será veiculado na faixa estendida será o mesmo da Rádio MEC do Rio de Janeiro”, informa a reportagem da Agência Brasil¹⁸.

Como a FM não tinha sintonia disponível, era necessário ampliar a banda para comportar novas emissoras. A tentativa de ampliação começou em 2013, mas só foi possível agora, por causa da liberação de frequências que eram utilizadas pela TV analógica e foram desligadas com a digitalização dos canais.

“A banda FM atualmente funciona de 88 a 108 mega-hertz (MHz). Com o desligamento analógico, a banda passará a ser de 76 a 108 MHz – exatamente os 12 MHz que anteriormente eram ocupados pelos canais desativados”, explica a reportagem da Agência Brasil, anunciando também que “os aparelhos de rádio mais modernos já pegam a faixa estendida a partir de 76.1 MHz”.

Apesar de informativa, a matéria tem tom promocional das ações do Ministério das Comunicações e da Semana Nacional das Comunicações, não apresentando as questões práticas dessa ampliação da faixa FM: afinal, as pessoas vão conseguir sintonizar a nova frequência?

Em busca por aparelhos de rádio em sites de varejo, verificamos que nem sempre aparece a informação da banda atendida pelo receptor. E, quando consta tal informação, a maioria fala de 88 MHz e alguns poucos de 87 MHz. Nos carros, o padrão também é 87.5 e apenas alguns modelos muito novos e de luxo possuem o alcance até 76 MHz. Ou seja, por enquanto, pouca gente vai conseguir ouvir as emissoras nas novas frequências.

A notícia da estreia da frequência em FM também foi veiculada pela TV Brasil, nos jornais locais do Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo. Na matéria da TV Brasil de São Paulo aparece uma informação nova, de que a EBC pretende estar presente na faixa estendida em todos os estados. Informação relevante, apesar de a reportagem encerrar com uma nota absolutamente chapa branca do Ministério das Comunicações¹⁹.

Na Radioagência Nacional, a notícia foi dada de forma quase protocolar, com falas das “autoridades”²⁰. Uma semana depois, outra reportagem publicada na Radioagência aprofunda o tema²¹, acertadamente questionando a capacidade dos aparelhos receptores de sintonizar a faixa estendida.

Saudamos a novidade da estreia das rádios da EBC na faixa estendida da FM. Mas esperamos conteúdos mais analíticos e críticos dos veículos públicos, além de informações

¹⁸ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-05/ebc-inaugura-banda-estendida-fm-e-estreia-programacao-em-5-capitais>

¹⁹ <https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-sao-paulo/2021/05/faixa-estendida-da-fm-entra-em-operacao>

²⁰ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/cultura/audio/2021-05/radio-nacional-am-sera-transmitida-tambem-pela-fm-em-quatro-capitais>

²¹ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2021-05/aparelhos-precisam-se-adaptar-para-captar-faixa-estendida-da-radio-fm>

mais precisas. Por ora, para quem tem internet, toda a programação pode ser acompanhada pelo site radios.ebc.com.br e pelo aplicativo Rádios EBC, disponível nas lojas virtuais (Apple Store e Google Play).

Mais detalhes em: <https://ouvidoriacidadaebc.org/radios-nacional-na-banda-estendida-da-fm/>

Atos contra o governo ontem e hoje: autonomia editorial?



Atos contra o governo fazem parte da democracia. E eles têm sido bastante frequentes no Brasil desde 2013, com as jornadas de junho, que começaram como protestos contra o aumento das passagens de ônibus e passaram a questionar os gastos públicos para a realização da Copa 2014 e das Olimpíadas 2016 no país, induzindo, inclusive, a um processo de impeachment.

Em 1994 isso também ocorreu, com os já históricos jovens “caras-pintadas” de verde e amarelo indo para as ruas pedir a queda do então presidente Fernando Collor de Melo. Em 2015, as cores se repetiram depois de duas décadas, com a adoção da camisa amarela da Seleção Canarinho como símbolo dos que queriam a saída de Dilma Rousseff, em oposição aos que vestiam vermelho e apoiavam a permanência dela na presidência.

Como uma agência de notícias da Empresa Brasil de Comunicação e que, por lei, tem autonomia do governo federal para definir sua linha editorial, a Agência Brasil deve ter retratado os recentes atos contra o presidente Jair Bolsonaro com o mesmo destaque e espaço que os atos contra Dilma, não é mesmo? Deveria. Mas não foi o que percebemos.

Sobre os atos do dia 29 de maio, esta Ouvidoria Cidadã relatou a síndrome de avestruz dos veículos da EBC, ao tentar esconder que centenas de milhares de pessoas saíram às ruas em mais de 100 cidades brasileiras para protestar contra a gestão que o presidente Jair Bolsonaro vem fazendo na pandemia de Covid-19, com uma matéria protocolar.

No dia 19 de junho, o texto publicado foi menos do que protocolar, entra na categoria “pra não dizer que não demos o assunto”. Sem fotos e apenas três parágrafos, a “matéria” lista os objetivos dos atos, que desta vez ocorreram em 400 cidades (mas essa informação não está no texto).

Nas manifestações de 2015 e 2016 a cobertura da Agência Brasil foi bem diferente. Repórteres e fotógrafos in loco levaram o calor dos acontecimentos aos leitores e aos veículos que reproduzem os conteúdos gratuitamente, com matérias de diferentes cidades no mesmo dia, inclusive no exterior, já que na época a ABr contava com uma pequena rede de correspondentes, além da sede em Brasília e das praças no Rio de Janeiro e em São Paulo. Com direito a fala de organizadores e populares.

Cobrir devidamente as manifestações populares contra os governantes é uma obrigação dos veículos públicos de comunicação. Tal dever se torna ainda mais evidente diante das atuais circunstâncias, em que uma pandemia faz com que iniciativas que chamam pessoas a se aglomerar e correr o risco de contrair uma doença fatal devem ser muito bem ponderadas. E, no final, dezenas de milhares de pessoas em centenas de cidades concluíram que o governo é mais perigoso que o vírus e valia a pena correr o risco para se manifestar.

Confira a análise completa, com exemplos de coberturas de manifestações contra governos anteriores: [https://ouvidoriacidadaebc.org/atos-contr-o-governo-ontem-e-
hoje-autonomia-editorial/](https://ouvidoriacidadaebc.org/atos-contr-o-governo-ontem-e-hoje-autonomia-editorial/)

Exclusiva para palanque e negacionismo



Uma entrevista exclusiva com o presidente da república! Que emissora de TV não se orgulharia de conseguir um feito jornalístico desse? Pois a TV Brasil exibiu uma entrevista exclusiva da jornalista Gabriela Mendes com Jair Bolsonaro na noite do dia 19 de julho.

Mas, o que poderia ser uma grande oportunidade para fazer perguntas contundentes e esclarecer pontos obscuros na gestão do país, diante de tantas polêmicas denunciadas diariamente pela imprensa, se mostrou um espaço para o típico palanque negacionista do presidente, que aproveitou também para se defender de acusações que nem foram perguntadas, reforçar projetos de destruição ambiental e disputa de narrativa. Nenhuma surpresa diante da atual linha editorial que tomou conta da Empresa Brasil de Comunicação.

Em 36 minutos de entrevista, o presidente menosprezou o efeito de salvar vidas que a vacinação contra a Covid-19 está alcançando, continuou defendendo o que ele chama de tratamento precoce contra a doença, com cloroquina e azitromicina, que a essa altura da pandemia já se comprovaram ineficazes, e insistiu na tese de que indígenas e caboclos são os responsáveis pelos incêndios florestais que assolam o país desde 2019. Nem nas mentiras do presidente a exclusiva apresentou novidades.

A entrevista foi anunciada como uma exclusiva para a Rádio Nacional da Amazônia e o material foi aproveitado para um texto da Agência Brasil e também na Radioagência Nacional.

Ao longo da entrevista, a apresentadora parecia fazer perguntas combinadas para que Bolsonaro se explicasse. Levantando a bola para ele cortar, como em questões sobre as

viagens que ele faz pelo Brasil “para entrar em contato com o povo”, a economia que estaria “se recuperando” ou o projeto de levar internet para as escolas e o interior.

O presidente também criminaliza os movimentos sociais, como o MST, diz que a corrupção no país começou nos Correios e que os indígenas querem explorar suas terras com pequenas hidrelétricas e garimpo, além do velho mito de que “é muita terra para pouco índio”. Fala em “indústria de multa ambiental” e em “indústria de demarcação de terra indígena”, que seriam impulsionadas por organizações estrangeiras.

Diante de tantas afirmações “imprecisas”, para dizer o mínimo, resolvemos fazer uma checagem das declarações do presidente, que em nenhum momento foram questionadas pela entrevistadora ou minimamente contextualizadas.

Confira: <https://ouvidoriacidadaebc.org/exclusiva-para-palanque-e-negacionismo/>

Todo mundo viu o uso indevido da TV Brasil



Mais uma vez, o presidente Jair Bolsonaro utilizou os canais públicos da EBC como palanque eleitoral. Dessa vez, ele disfarçou de “aberto à imprensa” a sua live semanal, que é transmitida todas as quintas-feiras pelas redes sociais do presidente. Foram mais de duas horas em que Bolsonaro, ao lado do ministro da Justiça, falou sem ser questionado, como um pronunciamento.

No dia 29 de julho, a Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom/MCom) divulgou um “Aviso de Pauta” com exigência de credenciamento, para que jornalistas

acompanhassem, da Biblioteca do Palácio da Alvorada, a “Live semanal com a presença dos veículos de comunicação – somente transmissão AO VIVO”.

Apesar do aviso explícito de que o evento seria “expositivo” e que não haveria “espaço para perguntas”, a convocação da imprensa foi o suficiente para a TV Brasil e a Agência Brasil aderirem à transmissão e colocarem no ar o sinal direto e sem cortes do presidente.

No link da Agência²², aparece o aviso de que “o presidente falou sobre possíveis fraudes nas eleições de 2014 e 2018”. O link da TV Brasil²³ diz apenas “Presidente Jair Bolsonaro faz apresentação aos veículos de imprensa no Palácio da Alvorada”.

A transmissão, onde Bolsonaro apresentou ilações e teorias da conspiração que borbulham das redes sociais contra o sistema eleitoral brasileiro, mas não apresentou provas de fraude, deu o que falar e veículos comerciais notaram o uso indevido da TV pública:

- Malu Gaspar, O Globo: Convocação da imprensa para live de Bolsonaro produziu fachada para uso indevido da TV Brasil²⁴;

- Felipe Bächtold, Folha de São Paulo: Especialistas veem possível crime de responsabilidade e improbidade de Bolsonaro em live²⁵;

Pelo Twitter, outros jornalistas postaram sobre o desvio da função pública da TV Brasil:

- Bruno Fonseca, Agência Pública: “O presidente do país está em rede nacional numa TV estatal paga com dinheiro público tentando desacreditar as eleições. I m p u n e m e n t e”

- Brunno Melo, CBN: “A TV pública brasileira transmite AO VIVO um crime de responsabilidade do presidente da República. Isso não pode ficar impune! Bolsonaro coloca em descrédito todo o sistema eleitoral brasileiro com base em teorias da conspiração e vídeos de WhatsApp. É gravíssimo!!!”

- Reinaldo Azevedo, do Uol, Folha de São Paulo e Band News: “Foi tudo de um ridículo tal q tendemos a nos esquecer a base criminoso da live e da tese: a suposição de que o STF participa de uma conspiração para eleger Lula. Isso é liberdade de expressão, doutor Aras?”

²² <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-07/presidente-jair-bolsonaro-abre-live-para-cobertura-da-imprensa>

²³ <https://www.youtube.com/watch?v=im2R1oLNDIE>

²⁴ https://blogs.oglobo.globo.com/malu-gaspar/post/convocacao-da-imprensa-para-live-de-bolsonaro-poder-sido-fachada-para-uso-indevido-da-tv-estata.html?utm_source=globo.com&utm_medium=oglobo

²⁵ https://www1.folha.uol.com.br/amp/poder/2021/07/especialistas-veem-possivel-crime-de-responsabilidade-e-improbidade-de-bolsonaro-em-live.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=twfolha&__twitter_impression=true

Esta Ouvidoria Cidadã repudia mais esse uso indevido dos veículos e agências públicas da EBC para proselitismo político e divulgação de informações falsas, bem como espera que providências contra isso sejam tomadas pelas autoridades responsáveis.

Análise completa: <https://ouvidoriacidadaebc.org/todo-mundo-viu-o-uso-indevido-da-tv-brasil/>

Paralimpíadas na TV pública: a experiência por trás das câmeras

Por Luiz Ferreira

Publicado originalmente na coluna *Papo esportivo*, do *Brasil de Fato* Rio de Janeiro



Os Jogos Paralímpicos de Tóquio foram oficialmente encerrados neste último domingo (5) com uma série de recordes e marcas históricas para os atletas do Time Brasil. Nossos atletas deixaram o país no honroso sétimo lugar no quadro de medalhas, com 22 de ouro, 20 de prata e 30 de bronze (72 no total).

E também vimos que a nossa TV pública cumpriu seu papel com louvor ao levar a emoção das Paralimpíadas para todo o país em sinal aberto com mais de 111 horas de transmissão em treze dias de competições.

O que vocês vão ler aqui é a experiência de quem esteve no meio das engrenagens durante todo esse período.

Os relatos de mais um funcionário público concursado que convive com as ameaças de privatização da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), da perda do seu emprego, da

precarização do serviço público e que, mesmo assim, se doou de corpo e alma para que o papel de uma emissora pública de comunicação fosse cumprido ao máximo.

Tudo começa no dia 24 de agosto. A TV Brasil foi a única emissora que disponibilizou a transmissão da cerimônia de abertura em sinal aberto para todo o país com mais de três horas de transmissão ininterruptas. E como mais uma das “engrenagens” desse processo todo, ver as mensagens que chegavam dos amigos (que eram avisados por meio das redes sociais da transmissão) era gratificantes e indicavam que estávamos no caminho certo.

Falamos muito sobre deficiência. Mas a deficiência que existe no nosso raciocínio e na nossa percepção de todas as coisas maravilhosas que nossos atletas estavam fazendo lá em Tóquio.

Muito mais do que o ufanismo bem característico desta ou daquela outra emissora mais famosa, nos preocupamos em falar do que estava acontecendo, das adaptações realizadas em cada prova e do potencial de cada atleta que estava competindo.

A única “superação” mencionada era a superação do atleta em si. Superar suas marcas, ser o mais rápido, o mais forte e quebrar recordes. Talvez a principal missão da sua TV pública foi lembrar a todos que Daniel Dias, Carol Santiago, Beth Gomes, Ricardinho, Parazinho e vários outros são atletas de alto rendimento. E gente como a gente também.

Existem problemas? Claro! Como em qualquer outra emissora de TV ou rádio. Como em toda casa, em toda família.

Foram mais de 111 horas de transmissão de um dos maiores eventos esportivos do mundo e a certeza de que muita gente se encantou com os nossos atletas, que vibrou com as medalhas conquistadas e que chorou com eles quando o resultado não veio. Enquanto a grande imprensa insistiu em fechar os olhos para as Paralimpíadas e só colocava boletins no ar em pequenos pedaços da programação, a TV Brasil esteve firme. Mesmo com todos os problemas e dificuldades.

É lógico que os ataques à comunicação pública não vão cessar depois da transmissão da Paralimpíada.

Acredito até que eles aumentem, já que cada funcionário público concursado mostrou (pela milésima vez) que tem capacidade de entregar um serviço de qualidade altíssima mesmo com a falta de recursos e a estrutura mais precária do que outras emissoras comerciais.

Sigamos. A gente há de vencer mais essa.

Confira a íntegra na publicação original:

<https://www.brasildefatorj.com.br/2021/09/08/papo-esportivo-paralimpiadas-na-tv-publica-a-experiencia-por-tras-das-cameras>

O 7 de setembro na EBC flopou (ainda bem!)



O anúncio de que a EBC faria uma cobertura grandiosa do 7 de setembro²⁶, “para celebrar uma das datas mais patrióticas do ano”, gerou grande expectativa sobre o que seria colocado no ar pelos veículos públicos no Dia da Independência.

Enquanto o Brasil temia a ameaça de um golpe no dia da Independência, propalada de maneira subentendida pelo próprio presidente Jair Bolsonaro e seus seguidores mais fiéis, que organizaram grandes atos pelo Brasil com a chegada de caravanas em Brasília e em São Paulo, o medo com relação à EBC é que a empresa pública servisse de veículo oficial desse possível golpe.

Mas o que se viu nos veículos públicos não foi tão espetacular assim. Ainda bem!

A cobertura feita pela Agência Brasil do ato realizado na capital paulista com a participação do presidente Jair Bolsonaro ficou apenas no declaratório, apesar de o presidente insistir em desqualificar as urnas eletrônicas e atacar ministros do Supremo Tribunal Federal (STF)²⁷.

O ato defendia pautas que atentam contra a democracia, como pedido de impeachment dos ministros do STF e de intervenção militar. A matéria cita esses dois motes do ato, no entanto, a expressão utilizada por diversos veículos da imprensa, especialistas e autoridades – pautas antidemocráticas – ficou de fora da reportagem.

²⁶ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-09/acompanhe-os-principais-eventos-do-7-de-setembro-na-ebc>

²⁷ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-09/presidente-discursa-em-manifestacao-de-apoiadores-em-sp>

Nos discursos, Bolsonaro voltou a responsabilizar governadores e prefeitos sobre medidas de isolamento social para combater a disseminação da pandemia de Covid-19. Mais uma vez, não houve espaço para dizer o óbvio: especialistas apontam o isolamento social como uma das medidas mais eficientes para evitar o espalhamento do vírus.

Na TV Brasil, além do “programa especial”, exibido das 8h às 11h, que contou com a participação do historiador e presidente da Biblioteca Nacional, Rafael Nogueira, e dentro do qual foi exibida a cerimônia de hasteamento da bandeira²⁸, os jornais destacaram os atos em Brasília e em São Paulo de forma ufanista e superficial. Os jornais ignoraram as pautas antidemocráticas. Por um lado, é bom não repercutir acusações sem provas se a intenção não for contextualizá-las ou rebatê-las. Por outro, os telespectadores da TV pública ficaram por fora das notícias do dia e viram apenas uma bela festa em verde e amarelo.

Uma surpresa positiva foi a menção de que a manifestação em Brasília ocorria no mesmo local onde estava o acampamento indígena contra o Marco Temporal, em pauta de votação no STF. Apesar de não esclarecer o que era o Marco Temporal, a simples menção chamou a atenção, uma vez que o tema vinha tendo pouco destaque na emissora.

As rádios Nacional da Amazônia, do Alto Solimões, do Rio de Janeiro e de Brasília retransmitiram trechos da cobertura da TV Brasil na manhã do dia 7 de setembro, incluindo o passeio no Rolls-Royce presidencial dirigido pelo ex-piloto de Fórmula 1 Nelson Piquet e a apresentação da Esquadrilha da Fumaça.

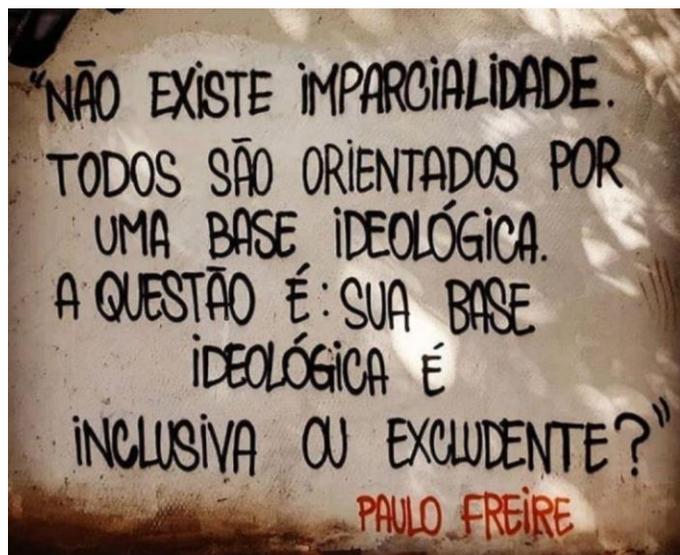
A surpresa positiva foi a capa da Radioagência Nacional ostentar, durante toda a manhã, uma contextualização que desfaz o glamour em torno do quadro Independência ou Morte, de Pedro Américo, que não retrata a realidade do fato e glamouriza o grito de Dom Pedro I²⁹.

Análise completa disponível em: <https://ouvidoriacidadaebc.org/o-7-de-setembro-na-ebc-flopou-ainda-bem/>

²⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=1lgGIK2gYTQ&list=PLhWY8l8K2BUPT5n0psi8yqovZMrqDUGtr&index=3>

²⁹ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/politica/audio/2021-09/quadro-mais-famoso-da-independencia-do-brasil-nao-retratou-realidade>

Paulo Freire



“Eu nunca poderia admitir a mistificação de que a educação é um negócio neutro. Acho o contrário, que a educação é sempre uma tarefa política. Não há, portanto, dimensão política para a educação, mas é um ato político em si. O educador é um político e um artista; o que não pode ser é um técnico frio” (Paulo Freire, em entrevista ao jornal espanhol El País em 1978³⁰).

Declarações como essa do educador e filósofo Paulo Freire,

patrono da educação brasileira, soam revolucionárias. E são. Tanto que ele foi perseguido em vida durante a ditadura militar e agora, mais de 20 anos depois de sua morte, tem seu legado difamado por pessoas que não alcançaram sua obra, como o presidente Jair Bolsonaro, que chegou a qualificar o educador pernambucano de “energúmeno”.

Paulo Freire, ao contrário, foi o brasileiro mais homenageado da história, com pelo menos 40 títulos de Doutor Honoris Causa de universidades da Europa e das Américas. Freire é sempre lembrado como referência teórica por suas ideias emancipadoras. Entre elas, está a visão de que a sala de aula é mecanismo de transformação social, de que a educação é instrumento para conscientização e a formação de senso crítico.

No entanto, a importância do patrono da educação brasileira não foi debatida pelos veículos da EBC. O jornalismo da empresa ignorou o centenário do educador, uma das efemérides mais importantes do ano.

Será que Paulo Freire não é assunto para a comunicação pública? Aquela que tem por objetivo justamente fomentar o pensamento crítico? Claro que é! Tanto que a TV Cultura de São Paulo³¹ lançou um documentário inédito sobre o educador, produzido pelo departamento de jornalismo da emissora. No caso da comunicação pública britânica, a BBC também lembrou o centenário do educador, republicando um conteúdo de 2019³². A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), por meio da revista Poli³³, também celebrou o mestre, assim como a TVE da Bahia³⁴, com exibição de filmes e ações nas redes sociais.

³⁰ https://elpais.com/diario/1978/05/20/sociedad/264463223_850215.html

³¹ https://www.youtube.com/watch?v=tG_pVkhzr1c

³² <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46830942>

³³ <https://portal.fiocruz.br/noticia/revista-poli-homenageia-centenario-de-paulo-freire>

³⁴ <http://institucional.educacao.ba.gov.br/noticias/centenario-de-paulo-freire-e-destaque-na-tve>

Pelo menos as rádios da EBC não deixaram a data passar em branco. A Ouvidoria Cidadã encontrou duas publicações sobre o aniversário do intelectual nas Rádio MEC e Nacional, mas não se trata de material elaborado especialmente para a data. São entrevistas relacionadas ao tema.

Com a pouca visibilidade para uma data tão importante, resta claro que a EBC deixou de produzir conteúdo qualificado.

Análise completa disponível em: <https://ouvidoriacidadaebc.org/paulo-freire/>

É grave. É greve! Mas não é notícia na EBC



Os trabalhadores e trabalhadoras da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) entraram em greve no dia 26 de novembro. Segundo notícia publicada no site do Sindicato dos Jornalistas do DF, "a decisão foi motivada pela conduta recriminável da empresa, que desde o ano de 2020 não sinaliza para realização de uma efetiva negociação".

Em negociação desde agosto de 2020, com data-base vencida desde 1º de novembro daquele ano, a categoria pede a manutenção dos direitos que já constam no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e a recomposição das perdas inflacionárias. Mas a empresa, que ofereceu apenas 7% de reposição a partir de janeiro de 2022 e a imposição do banco de horas sem regulamentação prévia, retirou a proposta da mesa e anulou unilateralmente direitos do ACT anterior, que vinham sendo prorrogado.

Com isso, direitos como o auxílio pessoa com deficiência, o adicional de local perigoso, a estabilidade para mães que retornam da licença maternidade e para quem está próximo à aposentadoria e a licença sindical remunerada, por exemplo, deixaram de existir na EBC.

A greve na empresa pública de comunicação foi notícia em diversos sites noticiosos, sindicais e especializados em comunicação, como Metrópole³⁵, Agência Pulsar³⁶, Brasil de Fato³⁷, CUT³⁸, Portal Comunique-se³⁹, Tela Viva⁴⁰, Portal dos Jornalistas⁴¹, Sindicato dos Jornalistas de São Paulo⁴² e Mundo Sindical⁴³.

Mas a greve não foi notícia nos veículos da própria EBC. Se o serviço é importante, a greve também é.

Greves são o último recurso de pressão que os trabalhadores e trabalhadoras têm para pressionar o patronato e conquistar direitos ou, no caso, impedir a perda deles. Normalmente, greves de setores como transporte coletivo, saúde pública ou limpeza urbana são amplamente noticiados pela grande mídia, sempre pelo viés dos transtornos que a paralisação causa à sociedade.

Tradicionalmente, os veículos da EBC cobrem esses movimentos grevistas. Então, por que não noticiar a greve de seu próprio corpo funcional, já que é visível o prejuízo que a programação e o jornalismo sofrem com a falta dos trabalhadores e trabalhadoras que aderiram ao movimento paredista?

Análise completa: <https://ouvidoriacidadaebc.org/e-grave-e-greve-mas-nao-e-noticia-na-ebc/>

³⁵ <https://www.metropoles.com/brasil/trabalhadores-da-ebc-entrarao-em-greve-por-tempo-indeterminado>

³⁶ <https://agenciapulsarbrasil.org/em-defesa-da-comunicacao-publica-trabalhadores-da-ebc-entram-em-greve-a-partir-de-sexta-feira/>

³⁷ <https://www.brasildefatodf.com.br/2021/11/26/greve-na-ebc-afeta-cobertura-do-enem-e-jornalismo-factual>

³⁸ <https://www.cut.org.br/noticias/comeca-a-greve-de-jornalistas-e-radialistas-da-ebc-em-sp-rio-e-brasilia-ec7a>

³⁹ <https://portal.comunique-se.com.br/funcionarios-da-ebc-anunciam-greve-no-rio-sao-paulo-e-brasilia/>

⁴⁰ <https://telaviva.com.br/26/11/2021/trabalhadores-da-ebc-decidem-entrar-em-greve/>

⁴¹ <https://www.portaldosjornalistas.com.br/jornalistas-da-ebc-entram-em-greve-a-partir-desta-sexta-feira-26-11/>

⁴² <https://www.sjsp.org.br/noticias/ebc-em-greve-trabalhadores-param-frente-intransigencia-da-empresa-ca0c>

⁴³ [http://www.mundosindical.com.br/Noticias/50987,Trabalhadores-da-EBC-aprovam-greve-a-partir-desta-sexta-feira-\(26\)](http://www.mundosindical.com.br/Noticias/50987,Trabalhadores-da-EBC-aprovam-greve-a-partir-desta-sexta-feira-(26))

Interrupções da grade da TV Brasil para eventos com Bolsonaro somaram 165h



As interrupções da grade de programação da TV Brasil para a entrada ao vivo de eventos com o presidente Jair Bolsonaro somaram 165h10min44s ao longo do ano de 2021, com um total de 209 eventos transmitidos de forma ilegal pela TV pública. Em todo o ano de 2020, foram 157 eventos, que ocuparam a TV Brasil por 109h17min40s.

O levantamento foi feito pela Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública, com base nos arquivos “Agenda do Presidente” do canal da TV BrasilGov no YouTube.

A transmissão de eventos com o presidente da república pela TV Brasil começou em abril de 2019, após a portaria interna da EBC 216 unificar as grades da emissora pública TV Brasil e da TV NBR, a TV do governo federal, ambas operadas pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

A portaria “estabelece que a programação das emissoras de televisão TV Brasil e TV Nacional Brasil - NBR será apresentada em um só canal”. O texto dispõe que a unificação “preservará o princípio da complementaridade dos sistemas público e estatal, sem qualquer prejuízo ao art. 223, caput, da Constituição Federal de 1988”.

Porém, tal junção significa exatamente o contrário do que diz a portaria, pois o ato extingue a separação que existia entre o canal público e o canal estatal. Só em 2019, a partir da entrada em vigor da norma, as interrupções na grade da TV Brasil para eventos com Bolsonaro somaram 51h44min01s, com 90 transmissões ao vivo.

Muitos desses eventos com transmissão pela TV Brasil não atendem ao interesse público nem a critérios de noticiabilidade. São comuns as formaturas de escolas militares, cultos

religiosos e inaugurações de obras, essas com forte caráter de propaganda eleitoral. Isso tudo com horas e mais horas de transmissão na TV que deveria atender ao interesse da sociedade, e não à promoção pessoal de um governante.

Entre os eventos, contamos 68 solenidades e cerimônias militares nestes três anos, que ocuparam um total de 72h da transmissão da TV pública, como formatura dos sargentos da Aeronáutica, entrega de espadim para cadetes na Academia Militar das Agulhas Negras, brevetação dos novos paraquedistas, promoção de Oficiais-Generais e entrega da boina aos novos alunos do Colégio Militar.

Repercussão do levantamento:

- O Globo: <https://blogs.oglobo.globo.com/bernardo-mello-franco/post/tv-brasil-interrompe-78-horas-de-programacao-para-exibir-bolsonaro.html>
- Metrôpoles: <https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/tv-brasil-transmitiu-79-horas-ao-vivo-de-eventos-com-bolsonaro>
- Poder 360: <https://www.poder360.com.br/justica/inquerito-do-tse-para-investigar-bolsonaro-tambem-apura-uso-politico-da-ebc/>
- Globo News: <https://g1.globo.com/globonews/jornal-das-dez/video/propaganda-antecipada-servidores-da-ebc-denunciam-intervencoes-de-bolsonaro-na-tv-9755230.ghtml>
- Folha de S. Paulo: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2021/08/inquerito-aberto-pelo-tse-para-investigar-bolsonaro-tambem-mira-uso-da-ebc-para-fins-politicos.shtml> e https://www1.folha.uol.com.br/amp/colunas/painel/2021/08/chefes-da-ebc-e-da-comunicacao-do-planalto-entram-na-mira-do-tse-e-vaio-ser-ouvidos.shtml?twitter_impression=true&s=08
- Brasil de Fato: <https://www.brasildefato.com.br/2021/11/11/tv-brasil-interrompeu-programacao-130-vezes-este-ano-para-transmitir-bolsonaro>
- Brasil 247: <https://www.brasil247.com/blog/tv-brasil-de-tv-publica-a-palanque-de-bolsonaro?amp>

Confira a análise completa feita em agosto, com os dados computados até o mês de julho de 2021: <https://ouvidoriacidadaebc.org/interruptoes-da-grade-da-tv-brasil-para-eventos-com-bolsonaro-somaram-78h37-este-ano/>

O Brasil e a EBC passando vergonha

Manifesto do serviço de Língua Estrangeira da Agência Brasil

Dezembro/2021

**Publicado por ocasião da greve dos trabalhadores e trabalhadoras da EBC, que teve 100% de adesão da equipe de tradução*



Quem hoje acesse as páginas da Agência Brasil em espanhol e inglês verá dezenas de matérias “traduzidas” por “inteligência artificial”, neste caso um termo chique para tradução automática, ou seja, aquele tipo de tradução feita pelo Google. A utilização desse recurso, da maneira como vem sendo feita, desqualifica o trabalho realizado há mais de uma década pelo Serviço de Língua Estrangeira, setor responsável por selecionar, contextualizar, preparar e traduzir matérias da Agência, em inglês e espanhol, tendo como alvo o público estrangeiro. Para fazer esse trabalho, contamos com uma editora experiente e tradutores concursados, com qualificação para esse tipo de tarefa e muito mais, já que também atendemos demandas de tradução corporativa e de conteúdos audiovisuais da TV Brasil, entre outras.

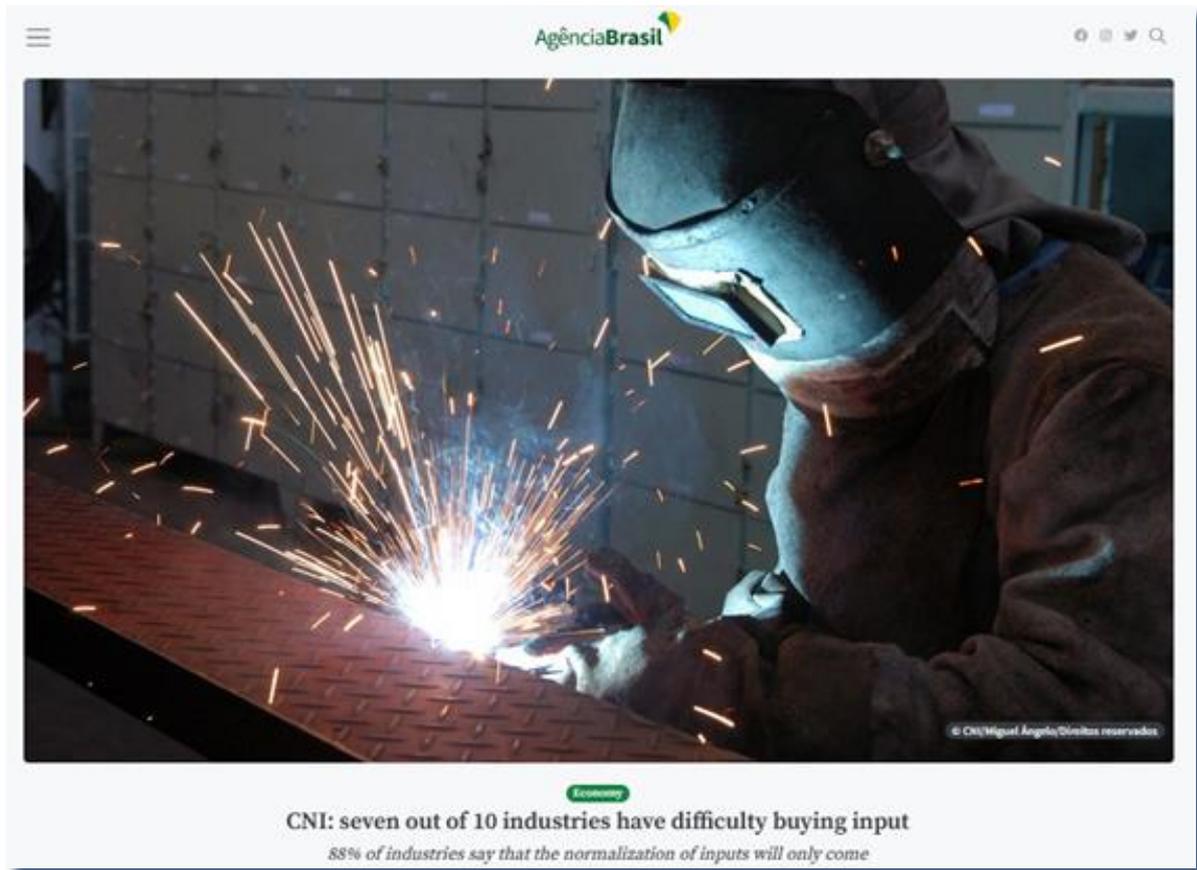
É certo que a situação atual das páginas da Agência em inglês e espanhol, que começaram a receber uma enxurrada de textos aleatórios e mal traduzidos

justamente na nossa ausência, ao aderirmos à greve, não só humilha nossos profissionais como também desmoraliza a empresa e faz o Brasil passar uma grande vergonha. A inteligência artificial que assina os textos sem supervisão é um elogio à ignorância. Como chegamos a esse ponto?

Ao contrário do que se possa pensar, os tradutores não são pessoas antiquadas, avessas à tecnologia, temerosas de serem substituídas por máquinas. O trabalho do tradutor moderno incorpora tecnologias avançadas, inclusive, mas não só, a tradução automática. Isso porque a tradução dita automática não é nada automática. Seu uso correto em ambiente de produção depende de tradutores com competências linguísticas e técnicas específicas, além de um conjunto de processos e ferramentas adequadas ao trabalho. Portanto, imaginar que uma aplicação sozinha possa produzir textos jornalísticos suficientemente razoáveis em outra língua, sem nenhum preparo prévio e bastando uma “revisão” do tradutor, mostra ignorância.

O resultado é este: O Brasil e a EBC passando vergonha. Elencamos algumas das matérias recentemente traduzidas pela “inteligência artificial” e publicadas na Agência Brasil. Além de traduções absolutamente equivocadas e/ou inapropriadas existem problemas em diversos níveis, como o descarte total de todos os nossos padrões e convenções editoriais

(medidas, moedas, siglas, tradução de nomes próprios), a ausência de qualquer contextualização, inclusive no título, e a cobertura de assuntos que não são pauta do SLE, como acontecimentos locais e pautas que não envolvem o Brasil.



Repercussão do manifesto:

- Brasil de Fato: <https://www.brasildefato.com.br/2021/12/08/com-tradutores-em-greve-ebc-usa-google-para-traduzir-textos-e-boate-kiss-vira-besos-en-club>

- Capital Digital: <https://capitaldigital.com.br/para-minimizar-greve-direcao-da-ebc-causa-vexame-na-internet/>

- Diário do Centro do Mundo: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/greve-ebc-google-tradutor/>

- Pragmatismo Político: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2021/12/tradutores-greve-ebc-google-traduzir-textos-boate-kiss-besos-club.html>

- Sindicato dos Jornalistas de São Paulo: <https://www.sjsp.org.br/noticias/com-tradutores-em-greve-ebc-usa-google-para-traduzir-textos-e-boate-kiss-vira-be-5b3f>

Leia aqui o manifesto completo: <https://ouvidoriacidadaebc.org/o-brasil-e-a-ebc-passando-vergonha/>

Carta em defesa da comunicação pública e pela retirada da EBC do Programa Nacional de Desestatização

Senhor Presidente Jair Messias Bolsonaro

Senhor Ministro das Comunicações Fábio Faria

Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux e demais ministros do STF

Senhor Presidente do Senado Federal Rodrigo Pacheco

Senhor Presidente da Câmara dos Deputados Arthur Lira

Demais parlamentares do Congresso Nacional e dos parlamentos estaduais e municipais

As entidades científicas e acadêmicas brasileiras, abaixo nominadas, vêm, por meio desta carta, externar sua máxima preocupação com a inclusão da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) no Programa Nacional de Desestatização.

Essa iniciativa do Governo Federal significa a privatização ou, pior, até mesmo a extinção da Empresa e de seus canais (TV Brasil, Agência Brasil, Rádio MEC AM e FM, Rádio Nacional do Rio de Janeiro, Rádio Nacional de Brasília AM e FM, Rádio Nacional da Amazônia, Rádio Nacional do Alto Solimões e Radioagência Nacional) e, conseqüentemente, da coordenação do sistema público de comunicação brasileiro.

Privatizar ou extinguir a EBC traria prejuízos graves ao direito constitucional à informação e à divulgação de conteúdos que promovem e fortalecem a cidadania, a educação, a saúde e a necessária promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação no país.

A comunicação pública é uma realidade global e sua existência e formas de atuação são temas recorrentes em pesquisas desenvolvidas dentro e fora do Brasil. Este tipo de serviço de comunicação tem tradição centenária e amplo reconhecimento como um dos pilares da democracia.

Experiências bem-sucedidas mundo afora mostram que, independentemente de orientações ideológicas, instituições e partidos comprometidos com a democracia defendem a comunicação pública forte e autônoma, equidistante de interesses do mercado e dos governos.

Tal valorização existe também na mais importante norma brasileira, a Constituição Federal. A Carta Magna brasileira determina em seu artigo 223 a complementaridade entre os sistemas público, privado e estatal. A EBC é a concretização do sistema público no âmbito federal e tem também a responsabilidade de organizar a capilarização regional desse sistema através da Rede Nacional de TVs Públicas.

Os veículos públicos de comunicação têm papel fundamental na produção, na distribuição e na promoção de acesso a conteúdos orientados pelos interesses de toda a sociedade.

Não por acaso, a EBC, seguindo o que está estabelecido por sua norma de criação (Lei 11.652 de 2008), tem como princípios a “promoção do acesso à informação por meio da pluralidade de fontes de produção e distribuição do conteúdo” e “produção e programação com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas”.

Igualmente, cabe ressaltar que a Empresa Brasil de Comunicação é destaque nacional na cobertura de assuntos ligados à ciência, à educação e à divulgação científica. Alguns exemplos são: o programa “Ciência é Tudo”, veiculado semanalmente na TV Brasil, o podcast “Universo”, disponível todas as semanas na Radioagência Nacional e utilizado por emissoras de todo o país. Além disso, a Agência Brasil mantém produção regular sobre Ciência, Tecnologia e Inovação com reportagens especiais sobre temas como inteligência artificial e Internet das Coisas.

Nos últimos meses, canais públicos de comunicação têm sido importantes aliados em atividades de prevenção ao coronavírus e orientação à população de medidas de promoção da saúde, algo que reitera a relevância das iniciativas.

É importante ressaltar que parte significativa das produções da EBC são utilizadas de forma gratuita por rádios, jornais e portais de comunicação por todo país, fazendo chegar informação de qualidade para todo Brasil em uma dimensão imensurável.

O jornalismo da EBC é constantemente premiado por sua valorização dos direitos humanos, da cidadania e da diversidade.

Críticos da empresa buscam politizar sua existência, tentando vinculá-la a um governo e alegando que ela geraria prejuízos ou que seria desperdício de dinheiro público.

Na verdade, a EBC tem recurso próprio que deveria ser repassado a partir da Contribuição para o Fomento à Radiodifusão Pública (CFRP), algo que nunca ocorreu integralmente.

Ademais, caso leve adiante a proposta de privatização ou extinção da EBC, o atual Governo Federal iria contra as recomendações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), grupo que pretende integrar, e também das Nações Unidas, que defende a existência da comunicação pública, seja por meio de suas relatorias para a liberdade de expressão e por posições da Unesco.

É essencial, portanto, que o debate sobre o futuro da Empresa seja realizado em diálogo com a sociedade, principalmente no local onde ela foi criada, o Congresso Nacional.

As entidades acadêmicas signatárias desta carta, assim, vêm apelar ao Governo Federal para que retire a EBC do Programa Nacional de Desestatização, permitindo que o assunto

seja debatido com toda a sociedade no âmbito do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal.

Para isso, além da retirada da EBC do Programa Nacional de Desestatização, solicitamos às presidências do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e de suas respectivas Comissões e à presidência e aos ministros do Supremo Tribunal Federal a realização de audiências públicas para tratar da situação da EBC e da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal previstos na Constituição Federal de 1988.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Respeitosamente,

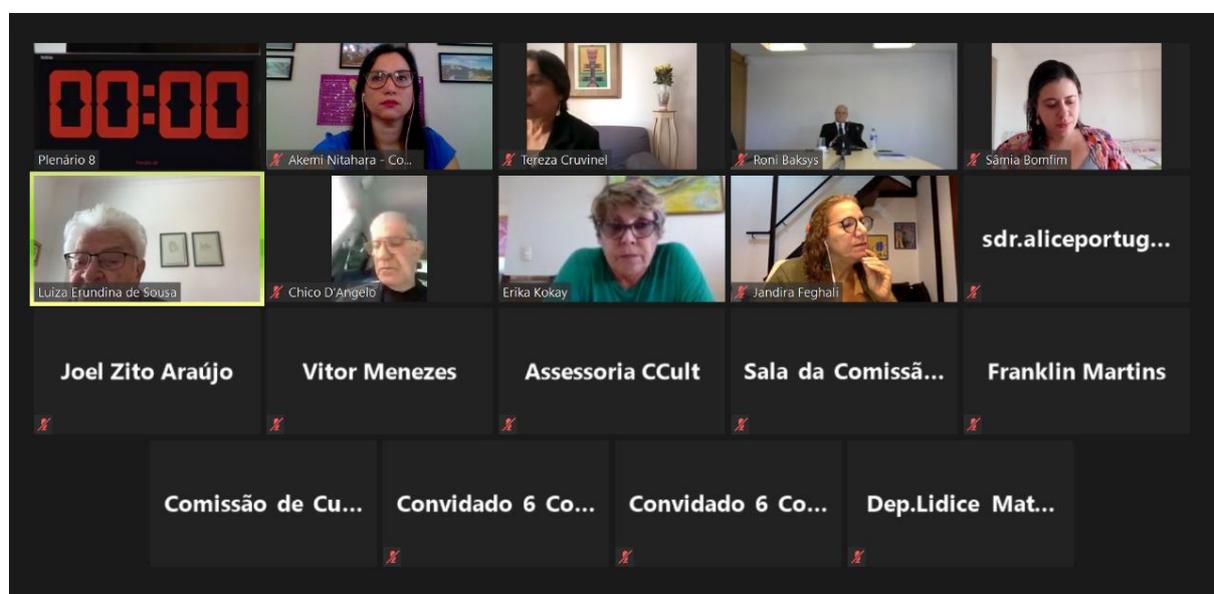
Professor Fernando Oliveira Paulino, presidente da Federação Brasileira de Associações Científicas e Acadêmicas da Comunicação (SOCICOM) e vice-presidente da Associação Latino-Americana de Investigadores da Comunicação (ALAIC), email: paulino@unb.br, em nome da SOCICOM e das entidades abaixo relacionadas:

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)
Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom)
Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor)
Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom)
União Latina de Economia Política da Informação, Comunicação e da Cultura (Ulepicc-Brasil)
Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã (ABPCOM)
Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo (ABEJ, ex-FNPJ, Fórum Nacional de Professores de Jornalismo)
Associação Brasileira de Pesquisadores em Publicidade e Propaganda (ABP2)
Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia (ALCAR)
Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas (Abrapcorp)
Rede de Estudos e Pesquisa em Folkcomunicação (Folkcom)
Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compólitica)
Rede Nacional de Observatórios de Imprensa (RENOI)
Rede de Pesquisadores em Telejornalismo (TeleJor)
Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM Nacional)
Laboratório de Políticas de Comunicação (LaPCom)
Observatório da Comunicação Pública (OBCOMP)
Centro de Pesquisas e Produção em Comunicação e Emergência (EMERGE-UFF)
Grupo de Pesquisa em Economia Política da Comunicação da PUC-Rio (EPC PUC-Rio/CNPq)
Observatório Latino-Americano de Comunicação, Mídias e Direitos Humanos (Amaru-UFRRN)
Observatório de Radiodifusão Pública (UnB/ CNPq)

Rede Nacional de Combate à Desinformação (RNCD)
Rede de Rádios Universitárias do Brasil (RUBRA)
Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da Intercom e o Grupo de Pesquisa Convergência e Jornalismo (ConJor/UFOP)
Laboratório de Estudos em Comunicação, Tecnologia, Educação e Criatividade (Lecotec/Unesp)
Núcleo de Jornalismo e Audiovisual (NJA/ PPGCOM-UFJF)
Projeto SOS-Imprensa (UnB)

Empresa Brasil de Comunicação não pode ser privatizada por decreto, dizem debatedores

Empresa pública responsável pela TV Brasil foi incluída do programa de desestatização, mas governo garante que decisão sobre EBC não está tomada
Por Agência Câmara de Notícias, 14/05/2021



Debatedores criticaram a inclusão da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) no Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República por meio de decreto (10.354/20). O assunto foi discutido em audiência pública das comissões de Cultura; de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; e de Educação da Câmara dos Deputados, nesta sexta-feira (14).

A empresa pública é responsável, por exemplo, pela TV Brasil, pela Agência Brasil e pela Rádio Nacional, entre outros veículos.

A deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), que pediu o debate, lembrou que a Constituição prevê a existência dos sistemas público, privado e estatal de comunicação. "Não há como se alterar perfil jurídico e determinar a inexistência da EBC sem alterar a Constituição",

afirmou. Ela acrescentou que todos os países democráticos têm sistema de comunicação pública, que seria fundamental para abordar conceitos e pautas como diversidade e inclusão social, não priorizados por veículos privados.

Erika Kokay (PT-DF), outra deputada que pediu a audiência, frisou que a EBC foi criada por lei (11.652/08) e não pode ser extinta por decreto. Para ela, o governo não quer a discussão do tema pelo Poder Legislativo.

Também autora do requerimento para o debate, a deputada Sâmia Bomfim (Psol-SP) disse que funcionários denunciam censura e aparelhamento na empresa. Já a deputada Luiza Erundina (Psol-SP) quer ativar uma frente parlamentar em defesa da comunicação pública e em defesa da EBC, com participação popular.

Ganho de eficiência

O secretário-executivo do Ministério das Comunicações, Vítor Menezes, garantiu que não há decisão tomada em relação à desestatização. "Estamos realmente elaborando estudos para entender qual o melhor cenário para a companhia", afirmou.

Ele explicou que, por meio do programa de parcerias, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) contrata consultoria para avaliar opções de parceria com a iniciativa privada e propor ganhos de eficiência para a empresa.

Conforme Menezes, a empresa custa R\$ 88,5 milhões ao ano para o governo, além dos R\$ 222 milhões da Contribuição do Fomento da Radiodifusão destinados anualmente para a companhia. "A companhia tem imóveis que não estão em uso em Brasília, e uma das conclusões do estudo pode ser pela venda desses imóveis", exemplificou.

Segundo ele, a ideia é garantir a viabilidade econômica da EBC. "Somente a partir desses estudos a gente vai ter uma visão do que fazer. Não vejo extinção da EBC em curto prazo, não é isso que estamos buscando, não é o que o ministro [das Comunicações] Fábio Faria deseja", completou.

Cobertura e audiência

O diretor-geral da EBC, Roni Baksys, destacou que a TV Brasil é a nona emissora mais assistida entre todas as TVs brasileiras e que a Agência Brasil tem 9,19 milhões de usuários por mês. Ele acrescentou que a EBC tem o maior sistema de cobertura nacional de rádio, com 14 rádios mais afiliadas.

Conforme ele, a empresa tem 58 imóveis, com apenas 24 em uso, e o restante gera despesas e deve ser colocado para a venda ou ser devolvido para a União.

Ele reiterou que não há nada encaminhado para a desestatização da empresa, mas acredita que o aprimoramento da gestão pode reduzir o gasto público com a EBC. E garantiu que não há proselitismo religioso ou político nem cerceamento de informação nos veículos da empresa, que buscaria neutralidade.

Riscos democráticos

Para Jandira Feghali, a EBC não precisa ser incluída no programa de desestatização para haver aprimoramento da gestão.

"É certo que a EBC corre riscos se está incluída no programa de desestatização", avaliou a ex-presidente da EBC, Tereza Cruvinel. Os riscos, na visão dela, seriam privatização, extinção ou esquiteamento, por meio da venda de ativo - e qualquer alternativa traz prejuízos à empresa e riscos à democracia.

Cruvinel disse que a empresa começou a ser "golpeada" durante o governo Michel Temer, que extinguiu o conselho curador da EBC, que representava a sociedade civil.

No governo Jair Bolsonaro, na avaliação da jornalista, a empresa continua a ser desfigurada, por exemplo, com a fusão do canal de televisão governamental (NBR) com a TV Brasil, de natureza pública.

Ela observou ainda que o investimento feito pelo País com a radiodifusão pública é baixo em comparação a outros países do mundo, como Alemanha, Reino Unido e Estados Unidos.

A presidente da Comissão de Cultura, deputada Alice Portugal (PCdoB-BA), que também assinou o pedido para realização da audiência, defendeu que qualquer venda de ativos seja direcionada para investimento na própria EBC. Ela destacou que a TV e Rádio Amazônia, que fazem parte da EBC, são importantes elementos de integração nacional.

Visão dos empregados

Representante do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, Jonas Valente ressaltou que a existência de uma comunicação pública, com autonomia e independência editorial, é recomendação de organismos internacionais, como Unesco e Organização dos Estados Americanos (OEA). "Na verdade, o que precisamos fazer não é extinguir a empresa, mas fortalecê-la", disse.

Ele observou que um dos problemas atuais da empresa é a falta de autonomia em relação ao governo, o que contraria a legislação.

Conforme Valente, pela Lei 11.652/08, os serviços de radiodifusão pública somente podem ser prestados pela EBC, não podendo ser repassado a entes privados. Qualquer decisão nesse sentido teria que passar por análise do Legislativo.

Ele reiterou ainda que o sistema público não foi criado para dar lucro e que o governo não comprovou que teria economia ao demitir empregados da EBC e contratar serviço privado.

Representante da Comissão de Empregados da EBC, Akemi Nitahara reiterou que há censura e direcionamento de conteúdos pelo governo e que os veículos vêm sendo

utilizados para a promoção pessoal do presidente da República. Porém, segundo ela, os veículos da EBC continuam sendo espaço de divulgação de produção de artistas e produtores independentes, além de a TV Brasil ser a principal grade de programação infantil e maior exibidora do cinema nacional na TV aberta.

Participação da sociedade civil

Representante da Frente em Defesa da EBC, o cineasta Joel Zito, que integrou o conselho curador da empresa, reclamou que a sociedade civil não participa mais da EBC e criticou a exclusão de apresentadores negros e de programas voltados para a população negra da grade da TV Brasil.

Reportagem - Lara Haje

Edição - Natalia Doederlein

Link para a publicação original: <https://www.camara.leg.br/noticias/759680-empresa-brasil-de-comunicacao-nao-pode-ser-privatizada-por-decreto-dizem-debatedores/>

Organización Interamericana de Defensores de las Audiencias publica nota en defensa de la Comunicación Pública de Brasil



Organización Interamericana de Defensoras y Defensores de las Audiencias

La Organización Interamericana de Defensoras y Defensores de las Audiencias (OID) se solidariza con las trabajadoras y los trabajadores de la Empresa Brasil de Comunicação (EBC) en su lucha para salvaguardar el derecho del pueblo brasileño a una comunicación pública que refleje los intereses de la sociedad, en respeto a lo establecido en la Constitución Federal del país.

El artículo 223 de la Carta Magna, el cual versa sobre los principios de la radiodifusión audiovisual en Brasil, establece la complementariedad del sistema que se divide entre público, privado y estatal. En Brasil, sólo hasta 2007 se cumplió con la parte pública del sistema de radiodifusión, con la creación de la EBC, una empresa estatal responsable de la gestión de los vehículos destinados a la comunicación pública - una emisora de TV, la TV Brasil, un sistema público de ocho emisoras de radio en una agencia de noticias, la Agência Brasil.

Desde el impeachment de la presidenta Dilma Rousseff, en 2016, los principios establecidos en la Ley que creó la EBC vienen sufriendo ataques, habiendo sido el primer

blanco el Conselho Curador, principal mecanismo de participación de la sociedad civil en la gestión de los vehículos públicos, que fue inmediatamente extinguido. A partir de 2019, en el gobierno de Jair Bolsonaro, la situación se torno todavía peor, con la EBC bajo amenaza permanente de extinción y los vehículos de la comunicación pública siendo utilizados para la propaganda de gobierno.

La Ouvidoria Cidadana de la EBC, creada por el movimiento Frente em Defesa da EBC e de la Comunicação Pública están desempeñando el papel que hoy la Ouvidoria de la EBC ya no cumple, cercenada en su misión de vigilar por la calidad de los contenidos y en defensa del interés público.

En este momento grave, en sintonía con la misión de defender el derecho de las audiencias, la OID manifiesta su total apoyo a las empleadas y los empleados de la EBC, que junto con otras entidades de la sociedad civil luchan en defensa de la Empresa Brasil de Comunicação e del respeto a los principios fundamentales de la comunicación pública que deben regir sus vehículos.

Joseti Marques
Presidenta

CNDH recomenda que EBC cumpra papel constitucional

Por Conselho Nacional dos Direitos Humanos em 23/11/2021

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH aprovou em sua 26^a Reunião Extraordinária, realizada em 11 e 12 de novembro, recomendação para que a Empresa Brasil de Comunicação - EBC cumpra o papel constitucional atribuído por meio da Lei nº 11.652 de 7 de abril de 2008.

Segundo o CNDH, ao incluir a EBC no Programa Nacional de Desestatização (PND), o governo federal descumprir o artigo n. 223 da Constituição Federal de 1988. O conselho ressalta também que a EBC é uma empresa pública e deve cumprir estritamente os artigos 221 e 223 da CF 88, não devendo ter a sua grade alterada para a promoção de atos e ações governamentais.

A Recomendação n. 42 também recomenda à direção da empresa que seja incluído no Acordo Coletivo de Trabalho cláusulas de prevenção, combate e punição para os casos de discriminação e assédios sexual e moral de suas/seus trabalhadoras/es.

Já à Presidência da República, ao Ministério das Comunicações, ao Congresso Nacional e à direção da EBC, o CNDH recomenda a instalação imediata do Conselho Editorial previsto na Lei nº 11.652, modificada pela Lei nº 13.417, e a reinstalação do Conselho Curador.

No documento, o CNDH considera a judicialização junto ao Supremo Tribunal Federal para a criação do Conselho Editorial da EBC, conforme previsão em lei; a extinção do Conselho Curador da EBC, instrumento de controle social, através de medida provisória; a obrigação da garantia de grade infantil formativa e informativa pelo Estado brasileiro, item não cumprido pelas concessões privadas desde a proibição de publicidade de mercadorias dirigida às crianças; entre outros pontos.

Por fim, o colegiado levou em conta os inúmeros relatos de assédio moral e adoecimento mental entre trabalhadoras/es da EBC e as denúncias de censura, governismo, proselitismo político e religioso e promoção pessoal na programação das emissoras públicas da EBC, incluindo censura reiterada a temas de direitos humanos e direitos indígenas.

Leia aqui a Recomendação n. 42 do CNDH: <https://bit.ly/3G0DhMD>

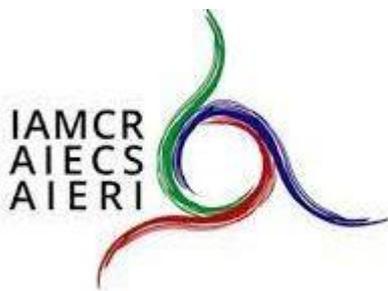
#DireitosHumanos #ParticipaçãoSocial #CNDH

Confira a postagem original:

<https://www.facebook.com/conselhodedireitoshumanos/photos/a.249886872041404/1506486853048060/>

International Association for Media and Communication Research supports Brazil's EBC

By IAMCR in 29 November 2021



The International Association for Media and Communication Research (IAMCR) stands in solidarity with workers at Brazil's national public service broadcaster, the Empresa Brasil de Comunicação (EBC), in its fight to safeguard the Brazilian people's right to public broadcasting reflecting the interests of society, consistent with Brazil's Federal Constitution.

Constitution Article 223 on the principles of radio and audiovisual broadcasting in Brazil sets out the complementary nature of the country's public, private and governmental broadcasting network system. The public mandate of the system is fulfilled by EBC, a public company charged with the administration of several public service media outlets: television channel TV Brasil, eight radio stations, and the news agency, Agência Brasil.

Since former President Dilma Rousseff was impeached in 2016, the principles set out in the EBC's foundation law have been under fire. First to be targeted was the Curator Council, the main organisation for participation of society in the management of public outlets which was abolished. In 2019, under President Jair Bolsonaro, the situation has deteriorated with

the EBC under constant threat of closing and public broadcasters being used for government propaganda purposes.

The EBC's Citizens Ombudsman Office, created by the Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública (Front for the Defence of EBC and Public Broadcasting), has taken on the role no longer played by the EBC's ombudsman office since it is constrained in its mission to preserve and defend the quality of public interest content.

IAMCR declares its full support for EBC workers, who, with other representatives of society are fighting to protect the EBC, the rights of audiences, and the fundamental principles of public broadcasting that must govern its outlets.

Link to original: <https://iamcr.org/clearinghouse/brasil-ebc>

PSOL pede que respostas do governo federal sobre uso político da EBC sejam incluídas em inquérito no TSE

Por Psol na Câmara em 30/11/2021

A bancada do PSOL encaminhou ontem, 29 de novembro, ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) petição para que as respostas - insuficientes, diga-se - do Ministério das Comunicações à líder Talíria Petrone sejam incluídas no inquérito sobre o uso político-eleitoral da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) por parte do presidente Jair Bolsonaro.

"É inaceitável que o governo Bolsonaro continue fazendo uso político da única empresa de comunicação pública em nível nacional e sequer dê explicações convincentes aos nossos questionamentos", destaca Talíria.

Em setembro, a deputada protocolou Requerimento de Informações questionando o ministro Fábio Faria sobre o uso político, ilegal e inconstitucional da EBC para transmissões de eventos e lives de Bolsonaro. Na avaliação do PSOL, as respostas são insuficientes, escassas e não atendem a todos os questionamentos. Ainda assim, retratam graves indícios de ilegalidades, com uso político do canal cada vez mais frequente.

Conforme as informações repassadas pelo Ministério, em 2020, foram 22 coberturas de eventos e cerimônias da Presidência da República, totalizando mais de R\$ 1,1 milhão em gastos com transmissões via satélite. Este ano, até agosto, foram 49 coberturas e mais R\$ 2,6 milhões de custos.

A prática reiterada e sistemática do governo federal ataca a autonomia da EBC, violando a Lei 11.652/2008, que autorizou a criação da empresa.

"O que eles querem é transformar a EBC numa empresa particular e oficosa do presidente e sua família. Sabemos que o único propósito é desmontar a comunicação pública no país.

As respostas da direção da EBC não nos atendem e, mais do que isso, devem servir de elementos para uma ampla e profunda investigação por parte do TSE”, afirma a líder do PSOL.

Confira a publicação original em: <https://psolnacamara.org.br/psol-pede-que-respostas-do-governo-federal-sobre-uso-politico-da-ebc-sejam-incluidas-em-inquerito-no-tse/>

